



Elaboração: Município de Valença – Gabinete Técnico Florestal (*Apoiado pelo Fundo Florestal Permanente*)

Município de Valença
Outubro de 2007

INDICE

Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no SNDFCI.....	4
1.1 Nota introdutória.....	5
1.2 - Metodologia.....	6
Análise do risco, da Vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território	9
2.1-Carta de Combustíveis Florestais	9
2.2- Carta de Risco de Incêndio.....	12
2.3-Carta de Prioridades de Defesa.....	16
EIXOS ESTRATÉGICOS	19
1º EIXO ESTRATEGICO	20
AUMENTO DA RESILIENCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS	20
3.1 - Redes de faixas de gestão de combustíveis e mosaico de parcelas de gestão de combustível.....	21
3.2 - Rede Viária	28
3.3 - Rede de pontos de água	36
3.4 - Silvicultura Preventiva	40
3.5- METAS, RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTO	54
2º EIXO ESTRATEGICO	56
REDUÇÃO DA INCIDENCIA DOS INCÊNDIOS.....	56
4.1 -Fiscalização	58
4.2-Sensibilização – metas e indicadores.....	58
3º EIXO ESTRATEGICO	64
MELHORIA DA EFICACIA DO ATAQUE E DA GESTAO DOS INCÊNDIOS	64
5.1 - Meios e recursos	65
5.2 - Sectores e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)	71
5.3 - Vigilância e detecção.....	73
5.4- Primeira intervenção.....	75
5.5 - Combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio	78
5.6 - Apoio ao combate.....	80
5.7-METAS, RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTO	83
4º EIXO ESTRATEGICO	85
RECUPERAR E REABILITAR OS ECOSISTEMAS	85
6.1 - Adopção de práticas de Gestão Pós-Fogo	86
6.2-Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo	87
6.3-Concepção de planos de reabilitação e recuperação das áreas ardidas.....	88
5º EIXO ESTRATEGICO	89
ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGANICA FUNCIONAL E EFICAZ.....	89

1**Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no SNDFCI**

Como resultado da calamidade que são a nível nacional os incêndios florestais, a sua prevenção assume um papel predominante quer na conservação das áreas florestadas quer na preservação dos equilíbrios fundamentais dos recursos hídricos, da fauna e da flora. (Decreto Regulamentar n.º5/2004 de 21 de Abril).

Este Decreto Regulamentar criou a Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais (APIF), cuja missão era a concertação de estratégias, promoção e concertação de intervenções a nível local e regional, na prevenção de incêndios florestais.

No âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, foi criada a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, através do Decreto de Lei n.º14/2004 de 8 de Maio. Com a publicação do Decreto de Lei n.º156/2004 de 30 de Junho, artigo 8.º, alínea 2, fica definido que a elaboração dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios é da responsabilidade da CMDFCI. Posteriormente, é publicada a portaria 1185/2004 de 15 de Setembro que define a estrutura tipo do PMDFCI, segue-se a publicação do Decreto de Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho que revoga o Decreto de Lei n.º 156/2004 de 30 de Junho, entretanto é publicada a portaria n.º1139/2006 que altera a estrutura do PMDFCI, sendo com base nesta Portaria que se realiza o seguinte plano com vigência de 5 anos, sem prejuízo da necessidade de correcção ou rectificação que se vierem a revelar justificados, nomeadamente com consequência de alterações no território, ex.: Incêndios Florestais.

Terá revisão a carta síntese das intervenções, preconizadas de acordo com a alínea f) do n.º 1 da portaria 1136/2006 e o POM também será revisto anualmente com a respectiva aprovação até ao 15 de Maio.

O PMDFCI é também um instrumento de gestão territorial, nomeadamente no que respeita ao artigo 16 do Decreto de Lei 124/2006, devendo este estar em equilíbrio com o PDM.

1.1 Nota introdutória

A Floresta é uma unidade da paisagem natural que constitui um património essencial ao Desenvolvimento Sustentável. Cobrindo dois terços do território continental e sendo caracterizada por uma estrutura e um funcionamento que se apresentam de forma complexa, tem proporcionado à espécie humana, desde os seus primórdios, importantes e diversificados bens essenciais à sua vida, sendo por isso fundamental intervir na defesa deste recurso natural e renovável, que constitui uma mais valia efectiva em diversos domínios, nomeadamente ambiental, social e económico.

Num panorama puramente ambiental, a sua cotização para a conservação e protecção do solo, a qualidade do ar e da água, o aumento da biodiversidade, a fixação de gases responsáveis pelo efeito de estufa, ou seja, o seu contributo para o equilíbrio do ambiente, é indispensável.

Contudo, sobre este importante recurso paira constantemente um perigo, o fogo, que constitui um dos seus mais ferozes e persistentes inimigos. O carácter cíclico com que têm sido fustigadas pelos incêndios florestais está bem patente nos números que ano após ano vêm a público e que não deixam ninguém indiferente. Perante esta situação, houve a necessidade de agir de forma concertada no sector florestal, criando medidas de carácter legislativo que entretanto emergiram e estão na génese dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI). Estes Planos preconizam uma implementação articulada e estruturada em alguns eixos estratégicos, nomeadamente o aumento da resiliência do território aos incêndios florestais, redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperação e reabilitação dos ecossistemas e a adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

A necessidade de mudança para uma atitude defensiva da floresta contra os incêndios veio agitar consciências e promover alterações, de forma a permitir uma maior eficiência da prevenção, da vigilância, da detecção e da fiscalização do espaço florestal. Para tal, é contudo pertinente garantir a correcta articulação de esforços entre todos intervenientes nos meios de combate aos incêndios. Por isso, o reforço da organização da defesa da floresta fica a cargo de entidades municipais: autarquias, comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios, gabinetes técnicos florestais, serviços municipais de protecção civil, proprietários e produtores florestais. Deve-se, portanto, pensar globalmente e agir localmente.

Paralelamente, gerou-se, a bem da floresta um consenso generalizado na sociedade portuguesa em torno da necessidade de proteger um património inestimável que é pertença de todos e que apesar de toda a sua importância ambiental, económica e social é muitas vezes descurado.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios traduz uma preocupação eminente e a esperança de que é possível melhorar o panorama actual. Neste contexto, a responsabilidade é de todos.

1.2 - Metodologia

A elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) requereu a compilação de inúmera informação.

As principais fontes de recolha de informação foram a Câmara Municipal de Valença, a Direcção Geral dos Recursos Florestais, os Bombeiros Voluntários de Valença e o Instituto Nacional de Estatística (INE), para além de visitas ao terreno que visaram complementar e verificar no local as informações adquiridas nas fontes mencionadas.

Procedeu-se ao estabelecimento de contactos com os responsáveis pelas diversas entidades e organizações que apresentam interesses de salvaguarda do património florestal.

Nota ainda para o facto de ao longo dos últimos anos, a Câmara Municipal de Valença ter privilegiado, em todas as suas estratégias de Desenvolvimento e Planeamento, uma visão una e integral de todo o seu território, considerando-o como um todo. Esta atitude prende-se com as características particulares do próprio Município, ao nível demográfico, socio-económico, geográfico, entre outras. De facto, graças à homogeneidade e dimensão, a divisão do Município ao nível da freguesia tem sido abolida no que diz respeito aos processos de tomada de decisões. Este facto traduz-se, como é evidente, neste PMDFCI. Como se poderá constatar, as análises e propostas constantes neste documento incidirão sobre o Município de Valença como uma unidade territorial única, sendo a divisão ao nível da freguesia referida pontualmente.

Aspira-se que todo o processo de elaboração do PMDFCI continue a ter o contributo relevante das instituições, para assim poder contemplar diferentes sensibilidades e expectativas.

A informação recolhida vai ser apresentada em dois cadernos, subdivididos em capítulos. Ao nível do Caderno I, e para além da nota introdutória, constarão os seguintes capítulos: Enquadramento do Plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, Análise do Risco, da Vulnerabilidade aos incêndios e zonagem, Eixos Estratégicos de Intervenção, Componentes do Plano que constituem o Plano Operacional Municipal, e finalmente, os Procedimentos e periodicidade da monitorização e revisão do PMDFCI e actualização do POM. No que diz respeito ao Caderno II, integrará uma Caracterização física do território, Caracterização climática, Caracterização da população, Parâmetros considerados para a

caracterização do uso do solo e zonas especiais e Análise do histórico e da casualidade dos incêndios florestais.

Os incêndios florestais são, com certeza, o maior problema que a floresta portuguesa enfrenta, sendo que a necessidade de actualização do quadro legislativo alusivo a este fenómeno tornou-se mais evidente aquando dos grandes incêndios que deflagraram nos anos de 2003 e 2004.

Para isso, define o Decreto-Lei 156/2004, de 30 de Junho, revogado mais tarde pelo DL 124/2006, de 28 de Junho, a necessidade de elaboração de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) como forma de implementação do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, definindo a Portaria 1139/2006, de 25 de Outubro, a sua estrutura tipo.

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Valença (C.M.D.F.C.I.), desenvolveu o presente Plano Municipal D.F.C.I., que será executado pelas diferentes entidades envolvidas e pelos proprietários e/ou produtores florestais.

No Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) considera-se que o PMDFCI é “um instrumento operacional de planeamento, programação, organização e execução de um conjunto de acções de prevenção, pré-supressão e reabilitação de áreas ardidas”, que visa concretizar os objectivos do PNDPCI, ou seja, aumentar a resiliência do território aos incêndios florestais, reduzir a incidência dos incêndios, melhorar a eficácia e eficiência do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas e comunidades e adoptar uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

Estes objectivos estão inseridos na reforma do sector florestal, que engloba propósitos mais amplos, entre os quais:

- Garantir o envolvimento activo dos cidadãos na defesa dos espaços florestais;
- Promoção do ordenamento dos espaços florestais e a sua gestão sustentável;
- Consolidação do sistema de prevenção, detecção e primeira intervenção na defesa da floresta contra incêndios;
- Aproximação dos serviços das populações;
- Partilha de responsabilidades com as organizações do sector.

Apesar da vigência deste Plano ser de cinco anos, o mesmo pode, se assim se considerar pertinente, sofrer a revisão de componentes específicos decorrentes das alterações que se operem no território.

O PMDFCI segue as indicações emanadas pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, assim como pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto

Minho e Conselho Nacional de Reflorestação, em especial no que concerne a orientações de Planeamento e Ordenamento Florestal.

No âmbito do sistema de gestão territorial, este Plano não deverá ser ignorado, devendo o PMDFCI articular-se com os restantes instrumentos de ordenamento do território. Pelas novas disposições definidas pelos DL 124/2006, de 28 de Junho, este Plano deverá ser articulado, nomeadamente, com o Plano Director Municipal (PDM), que, no caso do Município de Valença, se encontra neste momento em processo de revisão.

O regime jurídico dos diversos Instrumentos de Gestão Territorial, designadamente, dos Planos Directores Municipais encontra-se definido na seguinte moldura legal:

Lei n.º 48/98, de 08 de Agosto – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo;

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Neste quadro legal, encontra-se estabelecido que os Planos Municipais de Ordenamento do Território, e entre estes, os Planos Directores Municipais, devem acautelar, nomeadamente, a programação e a concretização das políticas com incidência no território, promovidas pela Administração Central através de Planos Sectoriais.

Pretende-se que o PMDFCI possa ser aplicado por todas as entidades que actuam no sector florestal, contribuindo para o fomento de uma Floresta Sustentável e protegida dos incêndios.

Como parte integrante da política municipal de defesa de DFCI, deverá surgir um documento complementar ao PMDFCI: o Plano Operacional Municipal (POM), que servirá para definir a estratégia de prevenção e combate dos incêndios florestais e regular a articulação entre entidades e organismos, com vista ao cumprimento dos seguintes objectivos:

- Desenvolver um sistema de detecção e vigilância articulado e eficaz;
- Mobilizar rapidamente os meios de combate;
- Extinguir os incêndios na sua fase inicial – 1ª Intervenção em 30 minutos;
- Diminuir o número de reacendimentos;
- Evitar o risco para a população, seus bens e actividades;

Este plano detém uma aplicação municipal, devendo o mesmo ser actualizado anualmente. Constarão deste documento os factores caracterizadores do Município (localização geográfica, risco e histórico de incêndio e áreas protegidas), levantamento das infra-estruturas florestais, levantamento dos meios e recursos de prevenção e vigilância e o levantamento dos meios de apoio ao combate e rescaldo dos incêndios florestais.

2

Análise do risco, da Vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território

Seguem-se 3 cartas que ajudam de uma forma rápida a compreender quais as áreas de maior prioridade e preocupação.

2.1-Carta de Combustíveis Florestais

A elaboração desta carta teve como fonte, vários suportes cartográficos, desde a cartografia em papel que teve que ser digitalizada, vectorizada e corrigida de maneira a ser tratada pelos vários softwares à cartografia vectorial já existentes, as várias estruturas de vegetação classificadas em vários modelos, com a respectiva descrição em relação ao Município de Valença. A caracterização e cartografia das estruturas de vegetação, do ponto de vista do seu comportamento em caso de incêndio florestal, devem seguir a classificação criada pelo NORTHERN FOREST FIRE LABORATORY (NFFL), adaptada pelo ICONA, pelo projecto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica e utilizada recentemente no 5.º Inventário Florestal Nacional, com a metodologia apresentada no Apêndice 3 do guia técnico.

Foram ainda utilizados ortofotomapas, de maneira a se considerar quais as aéreas sujeitas a confirmação durante as verificações no terreno.

Muita desta cartografia vectorial também foi sujeita a tratamento, nomeadamente a COS'91 (Carta de Ocupação dos Solos de 1991) que pela sua data e escala a que foi realizada, se encontrava um pouco desactualizada em relação ao estado actual dos usos do solo e escala à que se pretendia trabalhar (1/25000). Também os vários layers que compõem a cartografia topográfica do concelho de Valença foram tratados de maneira a poderem ser utilizados por todos os softwares utilizados.

Modelo Não Combustível: são manchas onde não existe carga de combustível para se poder verificar a propagação de incêndios florestais. Incluem-se as áreas sociais, as águas, áreas de rocha nua, entre outros.

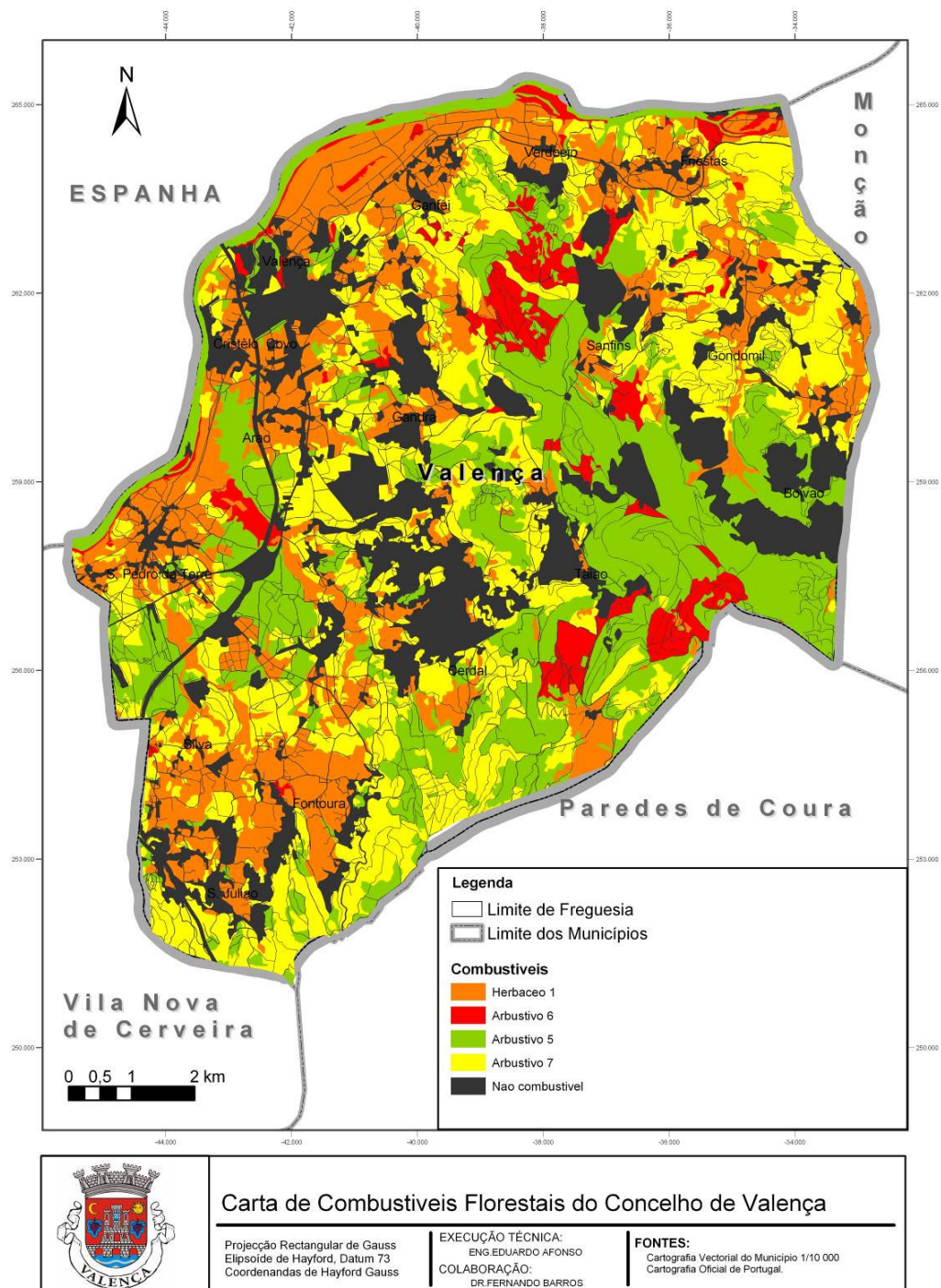
Herbáceo 1: Pasto fino, seco e baixo, com altura abaixo do joelho, que cobre completamente o solo. Os matos ou as árvores cobrem menos de 1/3 da superfície. Os incêndios propagam-se com grande velocidade pelo pasto fino. As pastagens com espécies anuais são exemplos típicos.

Arbustivo 5: Mato denso mas baixo, com uma altura inferior a 0,6 m. Apresenta cargas ligeiras de folhada do mesmo mato, que contribui para a propagação do fogo em situação de ventos fracos. Fogos de intensidade moderada.

Arbustivo 6: Mato mais velho do que no modelo 5, com alturas compreendidas entre os 0,6 e os 2 metros de altura. Os combustíveis vivos são mais escassos e dispersos. No conjunto é mais inflamável do que o modelo 5. O fogo propaga-se através do mato com ventos moderados a fortes.

Arbustivo 7: Mato de espécies muito inflamáveis, de 0,6 a 2 metros de altura, que propaga o fogo debaixo das árvores. O incêndio desenvolve-se com teores mais altos de humidade do combustível morto do que no outros modelos, devido à natureza mais inflamável dos outros combustíveis vivos.

Mapa Nº 1.



2.2- Carta de Risco de Incêndio

Tendo em conta que a carta de risco de incêndio foi executada sem seguir um padrão normalizado em Portaria, não deverá ser aplicada de acordo com o exigido no Artigo 16º do Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho. Sendo assim, apenas constitui um instrumento referencial até ser concebida uma carta de risco de acordo com os procedimentos e critérios normalizados para todo o país.

O risco de incêndio é representado pela probabilidade e susceptibilidade que a área em causa apresenta, acrescida dos valores de risco (vulnerabilidade e valor, se existe ou não existe). O risco existe sempre que haja perigosidade, vulnerabilidade e valor associados. Quando uma das componentes é inexistente o risco é nulo, facto importante que preconiza a sua avaliação para uma efectiva gestão do território.

A análise do risco do incêndio assenta em duas bases cruciais: área florestal e declive. As áreas florestais são naturalmente passíveis ao fenómeno e, consoante o declive, este pode potenciar o efeito destruidor, pois acelera a sua propagação.

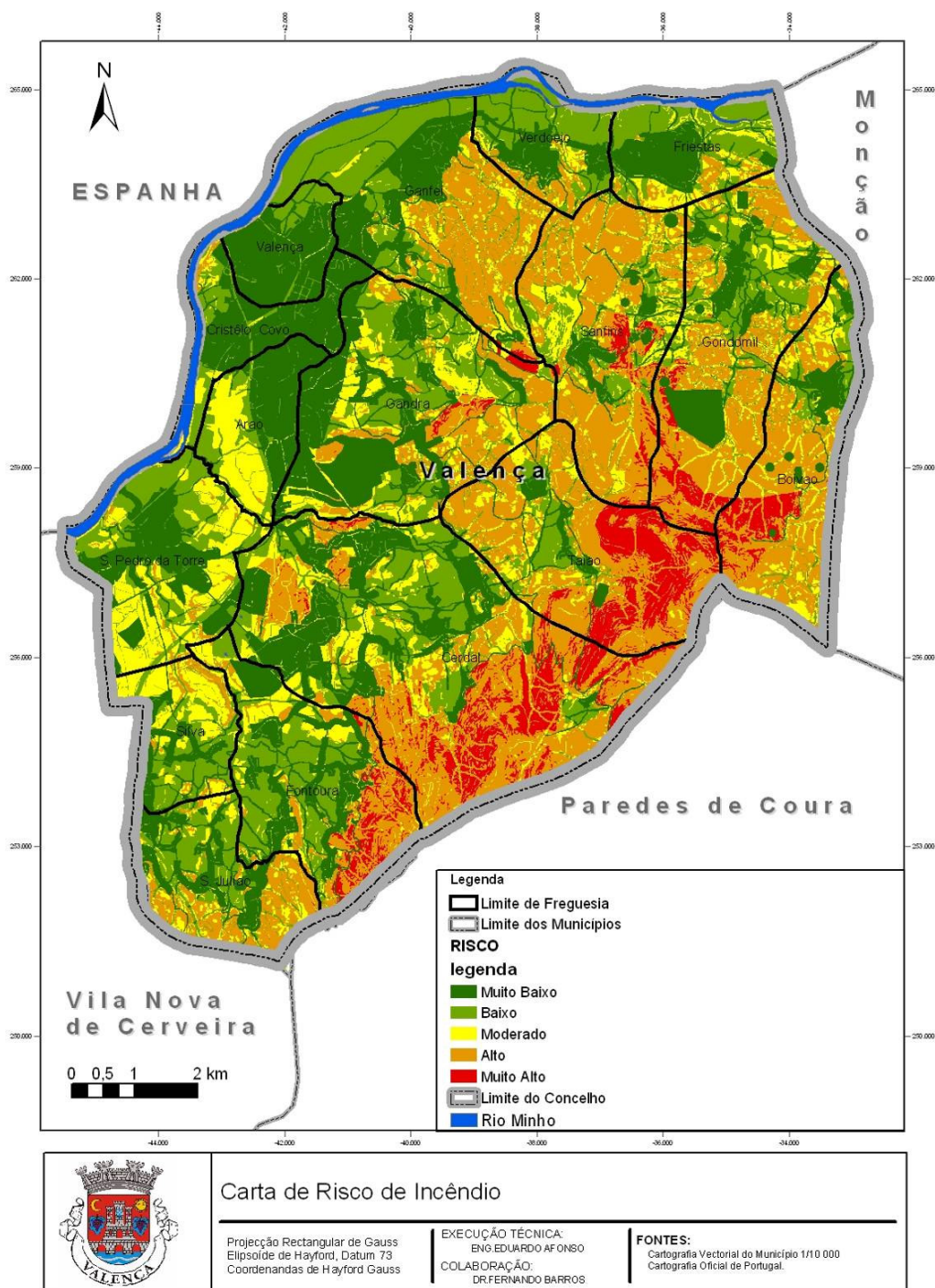
Sendo o Município de Valença caracterizado essencialmente pela suavidade dos seus declives, outros elementos de risco ganham prevalência, como edificações e outras estruturas.

O risco de incêndio florestal expresso abaixo atesta o potencial de perda de elementos em risco em função da perigosidade de um determinado fenómeno e vulnerabilidade desses mesmos elementos em risco. A análise de Perigosidade, divide-se em duas componentes: no tempo, por via da probabilidade calculada com base num histórico ou período de retorno, e no espaço, por via da susceptibilidade de um território ao fenómeno tratado.

Atendendo às características e realidade do Município e na análise efectuada ao PROF nesta temática, a classe de Risco na região em causa poderá ser encarada predominantemente como média e alta.

Pela análise da Carta de risco de incêndio constata-se que o risco alto apresenta-se mais evidenciado nas áreas a Nascente do Município, porque são as áreas que apresentam a maior e mais extensa mancha florestal e maior confrontação dela com as áreas sociais, enquanto que na restante área do Município o risco é médio, baixo e muito baixo.

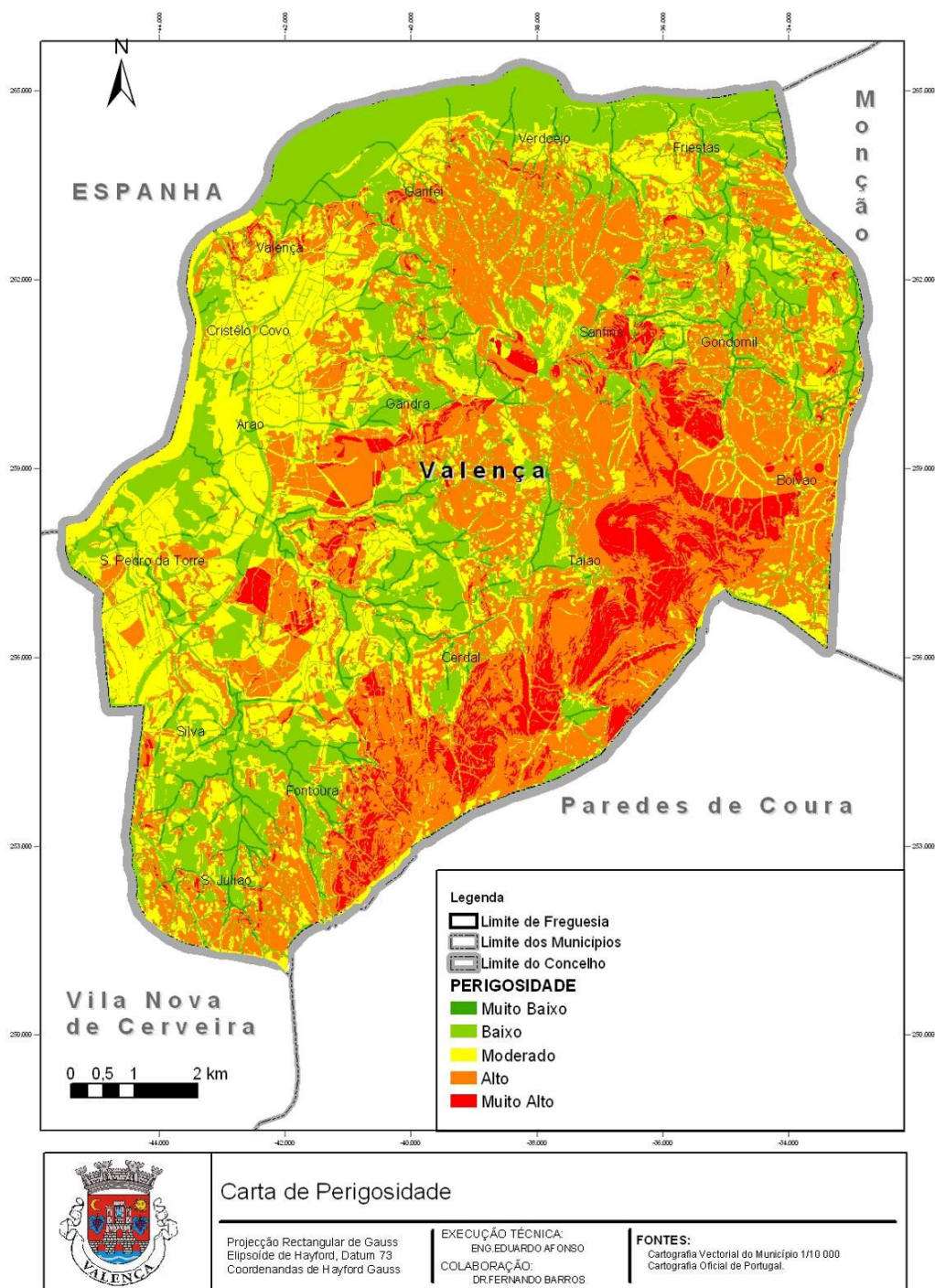
Mapa nº2



A Carta de Prioridades de Defesa para o Município de Valença estabelece um escalonamento de prioridades de defesa e riscos, de modo a que se estabeleça um escalonamento da maior ou menor perigosidade de uma determinada área em caso de ocorrência de um incêndio.

Para a sua elaboração foram definidos riscos alto e áreas a proteger, tendo em conta a preservação e salvaguarda de áreas florestais, urbanas e outras áreas a proteger do fogo.

Mapa nº3



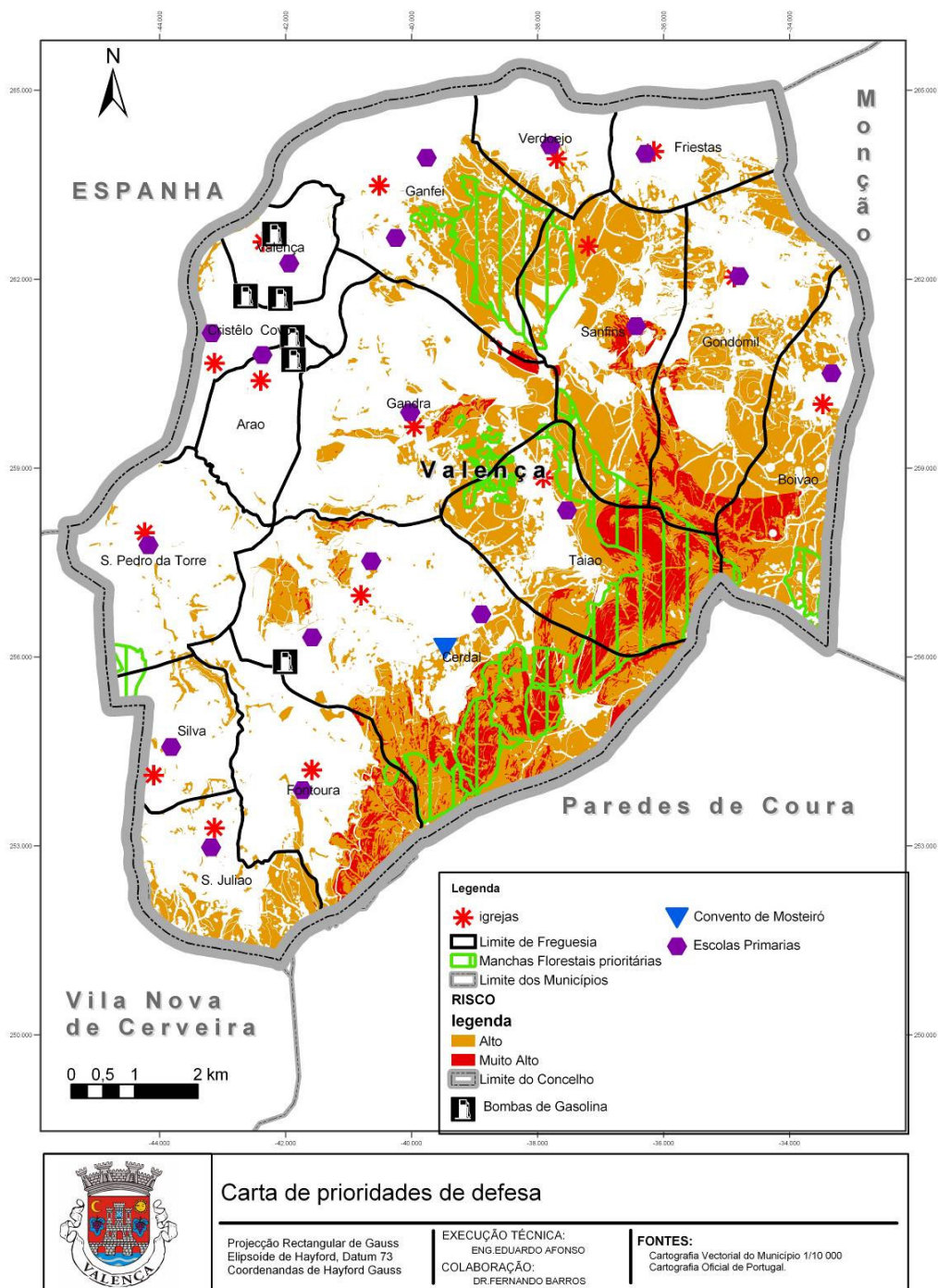
2.3-Carta de Prioridades de Defesa

Avaliado o Risco interessa identificar as áreas prioritárias de intervenção.

Estas áreas foram identificadas segundo o seu valor económico, ecológico, social e paisagístico, assim foram identificadas as seguintes áreas (escolas, central do gasoduto, infantários, edifícios religiosos sucatas e estaleiros.

1. Com base no valor económico, social e no seu interesse público foram seleccionados vários edifícios tais como, igrejas, escolas, etc, identificadas na cartografia.
2. Aglomerados populacionais
3. Com base no valor económico dos povoamentos e no seu valor ecológico, seleccionaram-se as seguintes áreas:
 - Baldios de Gondomil
 - Monte do Faro
 - Mancha florestal de Chamosinhos “Pomar de Semente”
 - Mancha florestal de Verdoejo
 - Mancha Florestal de Ganfei
 - Projecto Florestal de Sanfins
 - Mancha de Picões
 - Projecto de Cerdal
4. Com valor ecológico consideram-se áreas delimitadas pela rede natura.

Mapa nº4



A elaboração desta carta teve com base a análise o histórico de incêndios existente no concelho de Valença bem como a análise de locais de maior risco de incêndio.

As possíveis intervenções ocorrerão em espaços ainda não ardidos ou em recuperação.

O Objectivo da análise desta carta é poder criar no terreno descontinuidades, evitando assim incêndios de grandes dimensões, reduzindo assim a área ardida.

Deste modo, o uso do fogo deverá ser utilizado de uma forma racional, nomeadamente no que respeita a queimadas.

3**EIXOS ESTRATÉGICOS**

O PMDFCI de âmbito municipal ou intermunicipal deverá conter as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das acções de prevenção, incluíam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, como preconizado no n.º 1 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho.

Para o cumprimento do disposto anteriormente o PMDFCI deverá ser centrado nos principais eixos estratégicos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006, sendo eles:

1.º Eixo Estratégico: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

2.º Eixo Estratégico: Redução da incidência dos incêndios

3.º Eixo Estratégico: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios

4.º Eixo Estratégico: Recuperar e reabilitar os ecossistemas

5.º Eixo Estratégico: Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

1º EIXO ESTRATEGICO**AUMENTO DA RESILIENCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS**

Neste eixo de actuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à acção do fogo.

É fundamental planear uma linha de acção que objective a gestão multifuncional dos espaços e introduza, em simultâneo, princípios de DFCI de modo a tendencialmente diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as acções de pré-supressão e supressão. Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

Desta forma responde-se ao n.º1 do artigo 15º do Decreto lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatório a gestão de combustíveis junto das diferentes infra-estruturas presentes e se operacionaliza ao nível municipal as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Para definir as metas para as acções que consubstanciam o eixo estratégico –“aumento da resiliência do território aos incêndios florestais”, deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso e ocupação do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno II) e também aos mapas de combustíveis, de perigosidade e risco de incêndio e de prioridades de defesa (Caderno I).

Quadro nº 1 – Eixos estratégicos n.º1 (Programa de Acção)

Objectivo estratégico	Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.
------------------------------	---

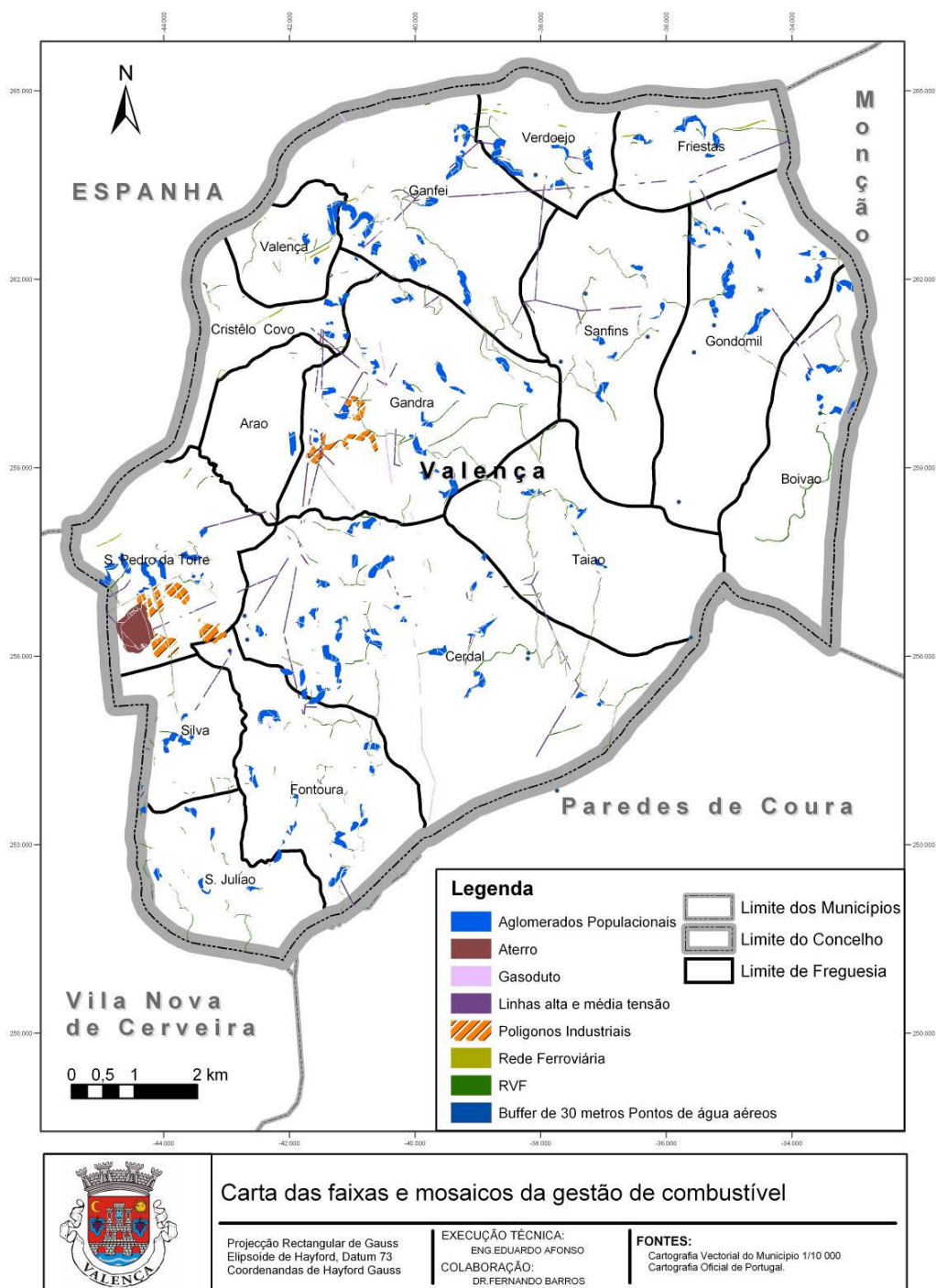
Objectivos operacionais	- Proteger zonas de interface urbano/florestal. - Implementar programas de redução de combustíveis.
--------------------------------	--

Acção
- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidades aos incêndios. - Promover acções de silvicultura. - Criar e manter redes de infra-estruturas (rede viária e rede de pontos de água). - Divulgar técnicas com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

3.1 - Redes de faixas de gestão de combustíveis e mosaico de parcelas de gestão de combustível

As faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no DL 124/2006, de 28 de Junho, cumprem um importante papel na prevenção de incêndios. Esta medida impõe a limpeza de matos e outra vegetação numa faixa de 10 metros para cada lado das vias de circulação automóvel. Nos espaços rurais está definida uma faixa de 50 metros de protecção a habitações, armazéns e outras edificações. Nos aglomerados com mais de dez habitações, a faixa de gestão é de 100 metros. No caso do Município de Valença, devido à baixa confrontação das áreas urbanas com áreas florestais e à própria característica do espaço florestal do Município, propõe-se a adopção de uma faixa de 50 metros (de acordo com o n.º 8 do artigo 15.º do DL 124/2006).

Mapa nº 5



Quadro nº 1 – Distribuição por Freguesia da área Ocupada por Faixas de Gestão de Combustíveis

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da Faixa		Área	Unidades
ARÃO	002	Aglomerados populacionais	4,11	ha	
			0,03	%	
	004	Rede Viária	2,8	ha	
			0,02	%	
	005	Rede Média e Alta tensão	1,1	ha	
			0,01	%	
SUB -TOTAL FGC		8,01	ha		
		0.06	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
BOIVÃO	002		Aglomerados populacionais	17,5	ha
				0,2	%
	004		Rede Viária	6,5	ha
				0,06	%
	005		Rede Média e Alta tensão	2,1	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		26,1	ha		
		0,28	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
CERDAL	002		Aglomerados populacionais	64,91	ha
				0,6	%
	004		Rede Viária	14,2	ha
				0,12	%
	005		Rede Média e Alta tensão	1,4	ha
				0,01	%
SUB -TOTAL FGC		80,51	ha		
		0.81	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
CRISTÊLO COVO	002		Aglomerados populacionais	6,38	ha
				0,05	%
	004		Rede Viária	2,2	ha
				0,02	%
	005		Rede Média e Alta tensão	2,2	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		10,78	ha		
		0.09	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
FONTOURA	002		Aglomerados populacionais	33,76	ha
				0,3	%
	004		Rede Viária	4,9	ha
				0,04	%
	005		Rede Média e Alta tensão	3	ha
				0,03	%
SUB -TOTAL FGC		41,66	ha		
		0,37	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
FRIESTAS	002		Aglomerados populacionais	15,12	ha
				0,12	%
	004		Rede Viária	1,9	ha
				0,02	%
	005		Rede Média e Alta tensão	3,6	ha
				0,03	%
SUB -TOTAL FGC		20,62	ha		
		0.17	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
GANDRA	002		Aglomerados populacionais	41,1	ha
				0,35	%
	003		Parques e polígonos industriais e aterros sanitários	19,55	ha
				0,17	%
	004		Rede Viária	14,7	ha
				0,13	%
	005		Rede Média e Alta tensão	1,1	ha
				0,01	%
SUB -TOTAL FGC		66,45	ha		
		0.66	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
GANFEI	002		Aglomerados populacionais	33,1	ha
				0,3	%
	004		Rede Viária	7	ha
				0,06	%
	005		Rede Média e Alta tensão	9	ha
				0,07	%
SUB -TOTAL FGC		49,1	ha		
		0.43	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
GONDOMIL	002		Aglomerados populacionais	45,8	ha
				0,4	%
	004		Rede Viária	4,2	ha
				0,04	%
	005		Rede Média e Alta tensão	2	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		52	ha		
		0.46	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
SANFINS	002		Aglomerados populacionais	12,45	ha
				0,1	%
	004		Rede Viária	6,5	ha
				0,06	%
	005		Rede Média e Alta tensão	5,4	ha
				0,05	%
SUB -TOTAL FGC		24,35	ha		
		0.12	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
S. JULIÃO	002		Aglomerados populacionais	8,29	ha
				0,07	%
	004		Rede Viária	3,9	ha
				0,03	%
	005		Rede Média e Alta tensão	2,2	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		14,39	ha		
		0.12	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
S. PEDRO DA TORRE	002		Aglomerados populacionais	26,28	ha
				0,22	%
	003		Parques e polígonos industriais e aterros sanitários	38,71	ha
				0,33	%
	004		Rede Viária	4,7	ha
				0,04	%
	005		Rede Média e Alta tensão	6,3	ha
				0,5	%
SUB -TOTAL FGC		76	ha		
		1.09	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
SILVA	002		Aglomerados populacionais	11,95	ha
				0,1	%
	004		Rede Viária	2,4	ha
				0,02	%
	005		Rede Média e Alta tensão	1,3	ha
				0,01	%
SUB -TOTAL FGC		15,65	ha		
		0.13	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
TAIÃO	002		Aglomerados populacionais	8,28	ha
				0,07	%
	004		Rede Viária	7,3	ha
				0,06	%
	005		Rede Média e Alta tensão	1,9	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		17,48	ha		
		0.15	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
VALENÇA	002		Aglomerados populacionais	26,64	ha
				0,23	%
	004		Rede Viária	2,4	ha
				0,02	%
SUB -TOTAL FGC		29,04	ha		
		0.25	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa		Descrição da Faixa	Área	Unidades
VERDOEJO	002		Aglomerados populacionais	19,85	ha
				0,08	%
	004		Rede Viária	2,7	ha
				0,02	%
	005		Rede Média e Alta tensão	3,2	ha
				0,03	%
SUB -TOTAL FGC		25,75	ha		
		0,13	%		

Freguesia	Código da descrição da faixa	Descrição da Faixa	Área	Unidades
CONCELHO	002	Aglomerados populacionais	376,04	ha
			3,2	%
	003	Parques e polígonos industriais e aterros sanitários	58,26	ha
			0,5	%
	004	Rede Viária	88,3	ha
			0,8	%
	005	Rede Média e Alta tensão	45,8	ha
			0,4	%
TOTAL FGC		568,76	ha	
		4,9	%	

3.2-Rede Viária

A rede viária no Concelho de Valença tem maior incidência nas zonas mais planas, bem como, nas proximidades com a sede do Concelho, no entanto todo o Concelho está coberto por uma malha de estradas municipais e caminhos florestais bastante aceitável e em estado de conservação razoável.

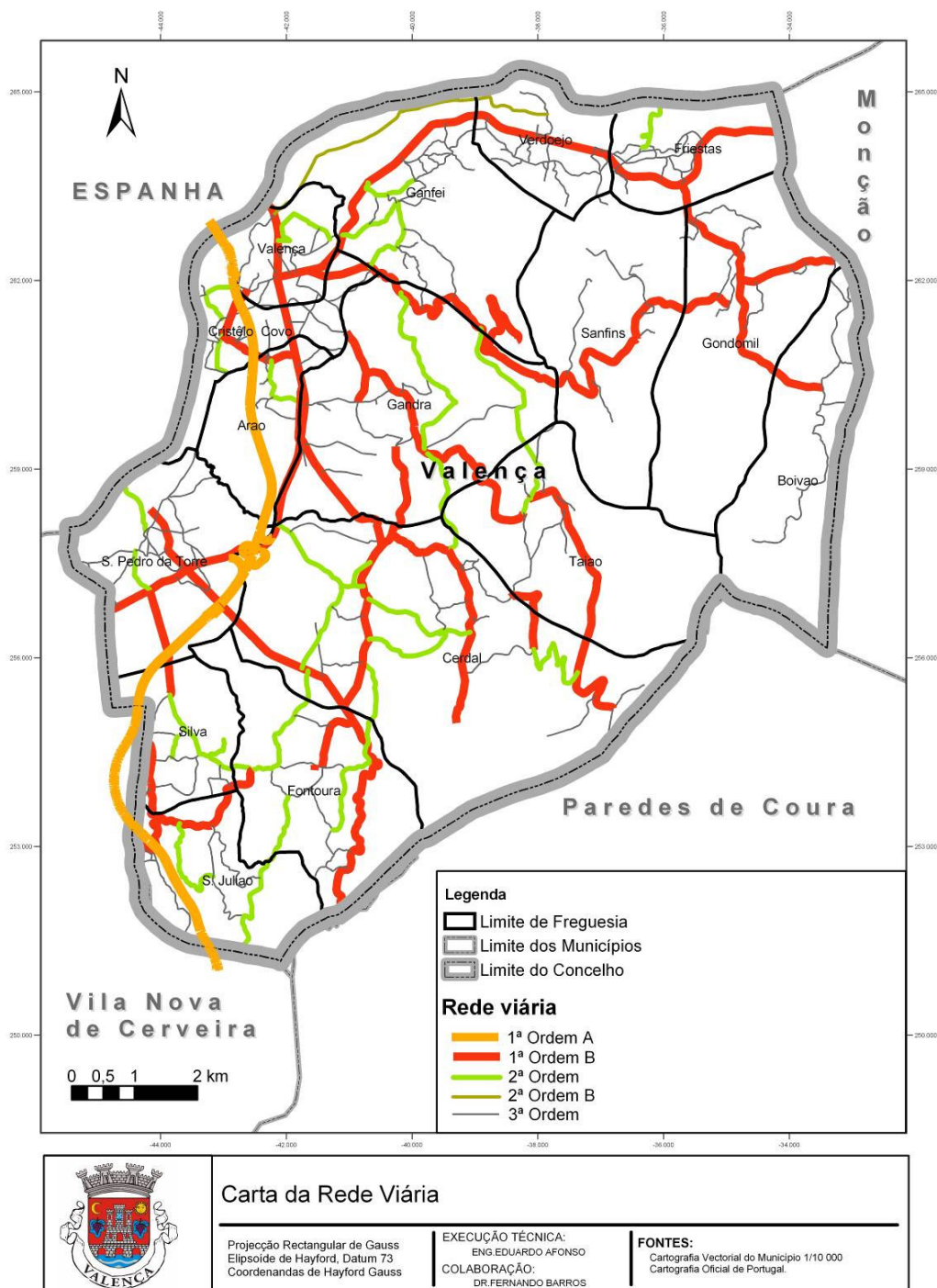
A rede viária florestal tem sofrido bastantes danos, fruto dos incêndios florestais que tem devastado a zona serrana.

O Município tem como prioridade manter uma rede de caminhos que se ache como prioritária sempre circulável, de modo a que a primeira intervenção possa chegar de uma forma mais rápida.

Nos meses de Maio, Junho e Julho procedem-se a trabalhos de beneficiação de caminhos florestais com meios próprios, de forma a minorar os estragos provocados pela escorrência das águas durante as chuvas.

O trabalho de campo para o levantamento da rede viária é longo e trabalhoso, pelo que ainda não foi possível ter o levantamento de todos os caminhos para esta fase do plano.

Mapa nº6



Quadro nº 2 – Distribuição da Rede Viária por Freguesia

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
Arão	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	975	m
	REM	Rede de estradas municipais	2127	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	2722	m
			0,002	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
Boivão	REM	Rede de estradas municipais	839	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	7390	m
			0,006	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	11725	m
			0,01	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
CERDAL	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	2945	m
	REM	Rede de estradas municipais	21831	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	11896	m
			0,01	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	39693	m
			0,03	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
CRISTÊLO COVO	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	1431	m
	REM	Rede de estradas municipais	3159	m
	RVF	Rede Viária Florestal - 1ª ordem, subtipo a	9907	m
			0,008	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
FONTOURA	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	4215	m
	REM	Rede de estradas municipais	7029	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	5734	m
			0,004	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	1212	m
			0,001	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
FRIESTAS	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	3466	m
	REM	Rede de estradas municipais	1487	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	7055	m
			0,006	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
GANDRA	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	4190	m
	REM	Rede de estradas municipais	15587	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	9696	m
			0,008	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	6348	m
			0,04	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
GANFEI	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	6361	m
	REM	Rede de estradas municipais	3571	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	13817	m
			0,011	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	17550	m
			0,014	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
GONDOMIL	REM	Rede de estradas municipais	5877	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	6217	m
			0,06	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	1728	m
			0,014	%
		SUB-TOTAL		

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
SANFINS	REM	Rede de estradas municipais	3796	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	5810	m
			0,005	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	16251	m
			0,013	%
		SUB-TOTAL		m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
S. JULIÃO	REM	Rede de estradas municipais	6328	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	6512	m
			0,006	%
		SUB-TOTAL		m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
S. PEDRO DA TORRE	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	4851	m
	REM	Rede de estradas municipais	2800	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	10787	m
			0,009	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	2615	m
			0,002	%
	SUB-TOTAL			m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
SILVA	REM	Rede de estradas municipais	4518	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	4978	m
			0,004	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	2347	m
			0,002	%
		SUB-TOTAL		m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
TAIÃO	REM	Rede de estradas municipais	6677	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	4769	m
			0,004	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	45255	m
			0,04	%
		SUB-TOTAL		m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
VALENÇA	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	2987	m
	REM	Rede de estradas municipais	1592	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	7974	m
			0,007	%
		SUB-TOTAL		m

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
VERDOEJO	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	2267	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	10066	m
			0,009	%
			SUB-TOTAL	

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
CONCELHO	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas no PNR	33689	m
	REM	Rede de estradas municipais	87218	m
	RVF	Rede Viária Florestal - <u>1ª ordem, subtipo a</u>	125336	m
			0,1	%
		Rede Viária Florestal - <u>3ª ordem</u>	145336	m
			0,13	%
			TOTAL	

3.3 - Rede de pontos de água

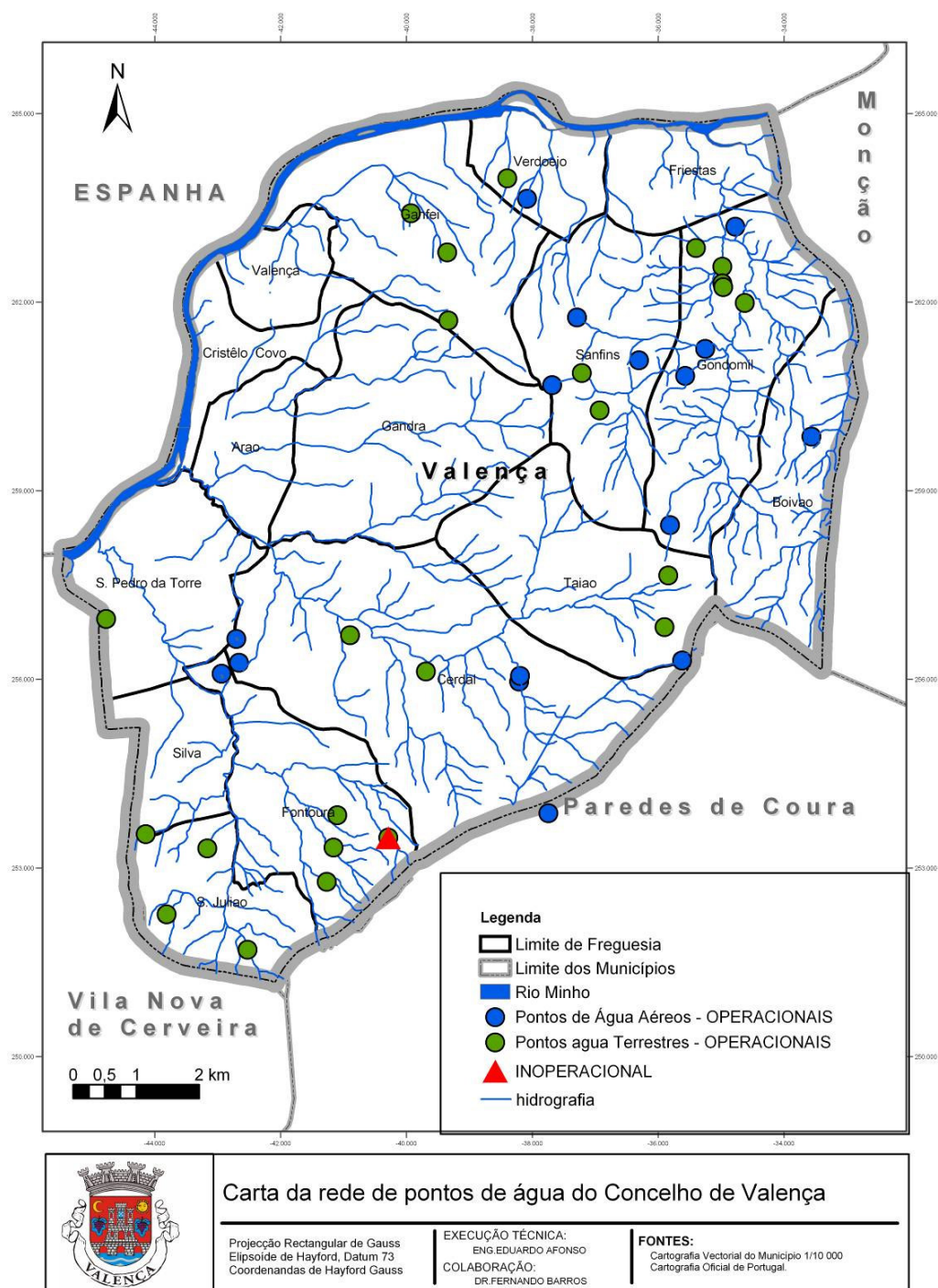
A água é o elemento mais utilizado na extinção de fogos em virtude da sua capacidade de diminuição de calor, da sua fluidez que permite um fácil transporte, e ainda da sua relativa abundância, embora possa escassear junto aos locais de incêndio, nas épocas normais de fogos.

Os pontos de água são um conjunto de estruturas de armazenamento ou fornecimento de água naturais, construídas ou colocadas no interior das manchas florestais, ou que assegurem um fácil e eficaz acesso dos agentes que combatem os incêndios.

A Carta de Rede de Pontos de Água visa informar da sua localização, tipo de pontos de água, acessibilidade, operacionalidade, bem como da sua capacidade.

O Município de Valença possui uma grande massa de água, uma vez que está localizado junto ao Rio Minho, permitindo o abastecimento de Helis ligeiros, pesados, e canader's e relativamente próximo do Oceano Atlântico, facto importante para a prevenção e combate aos incêndios florestais, no entanto, quanto menos tempo se demorar a fazer uma descarga ou a abastecer uma viatura maior será o sucesso no combate aos incêndios florestais, tendo o Município assegurados vários pontos de água artificiais e prevendo a construção de mais um a dois pontos de água aéreos para meios pesados (Heli Kamov) Pela Carta dos Pontos de água verifica-se que existe água em abundância e de fácil acesso, o que facilita a eficácia dos meios envolvidos no combate aos incêndios florestais. (fichas dos pontos de água em anexo)

Mapa nº7



Quadro nº 3 – Pontos de água

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Design. da Rede de Pontos de Água	Quantidade de PA	Volume máximo (m³)
S. Julião	1	114	Tanque de Rega	5	60
	2	114	Tanque de Rega		40
	3	114	Tanque de Rega		80
	4	310	Rede Pública		
	5	114	Tanque de Rega		48
Fontoura	6	114	Tanque de Rega	7	36
	7	310	Rede Pública		
	8	113	Piscina		135
	9	114	Tanque de Rega		20
	10	114	Tanque de Rega		50
	11	214	Charca Artificial		12000
	12	111	Reservatório DFCI*		114
S. Pedro Da Torre	13	114	Tanque de Rega	2	120
	14	214	Charca Artificial		1200
Cerdal	15	310	Tomada de Água	4	
	16	214	Charca Artificial		10000
	17	111	Reservatório DFCI		450
	18	213	Canal de Rega		938
Sanfins	19	111	Reservatório DFCI	3	200
	20	111	Reservatório DFCI		300
	21	310	Rede pública		12
	22	310	Rede pública		6

	23	113	Piscina		270
Gondomil	24	111	Reservatório DFCI	8	72
	25	111	Reservatório DFCI		38
	26	111	Reservatório DFCI		38
	27	213	Canal de Rega		20
	28	114	Tanque		50
	29	114	Tanque		24
	30	111	Reservatório DFCI		153
	31	114	Tanque		17
Taião	32	115	Reservatório da Pedreira	3	30
	33	112	Poço		10
	34	225	Outros		50
Boivão	35	113	Piscina	1	88
Verdoejo	36	111	Reservatório DFCI	2	95
	37	114	Tanque de Rega		35
Ganfei	38	310	Rede Pública	4	
	39	114	Tanque de Rega		9
	40	114	Tanque de Rega		20
	41	111	Reservatório DFCI		63
Município	42	222	Rio Minho	1	
Área de espaço florestais do Município (floresta + inculto) (ha)					9000
Densidade de pontos de água (n.º/ha)					0,005

*Inoperacional

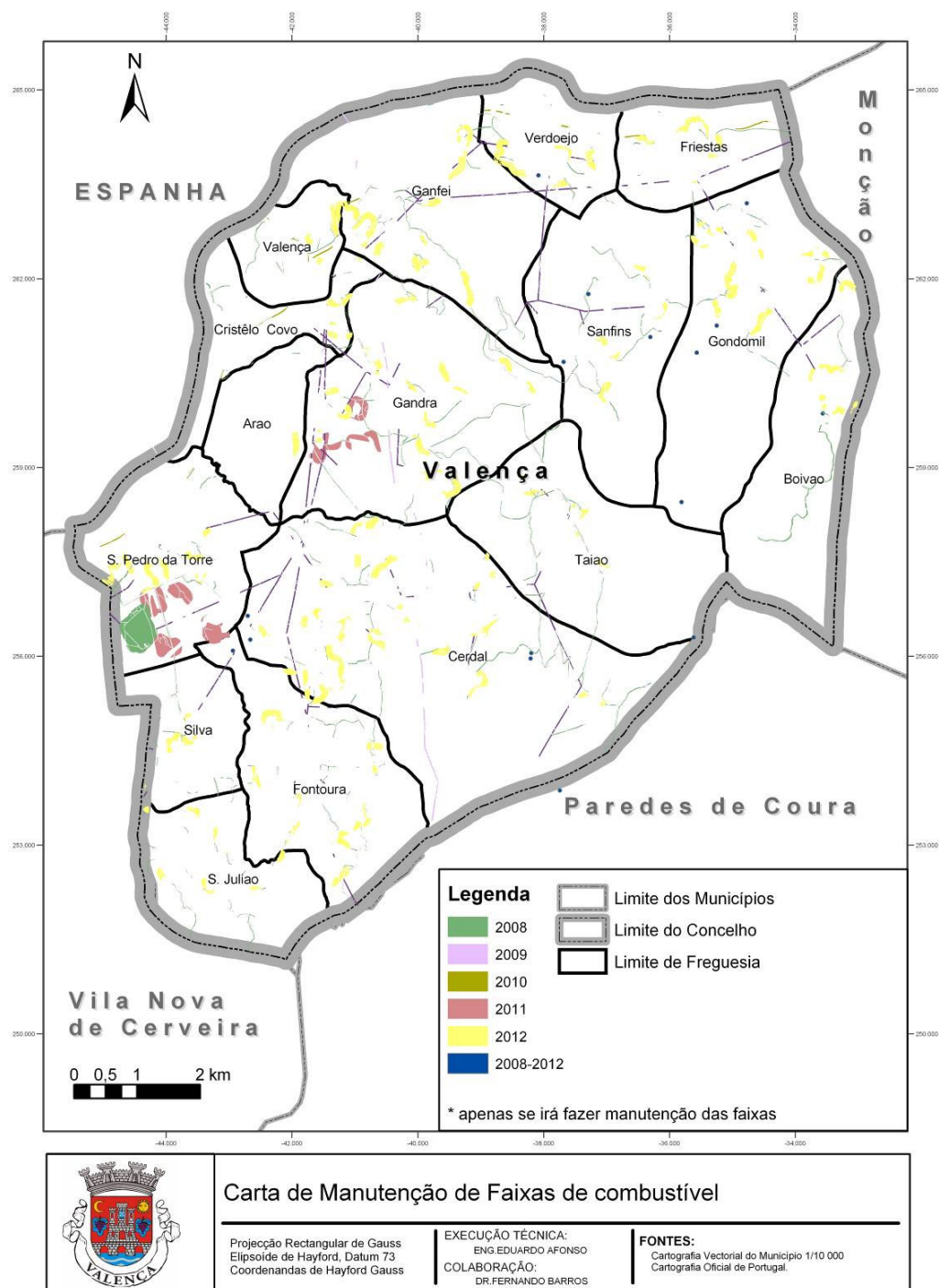
3.4 - Silvicultura Preventiva

Relativamente à silvicultura preventiva, a autarquia tem actuado ao nível da beneficiação de caminhos, aceiros, corta fogos, pontos de água aéreos, pontos de água terrestres e criação de faixas em áreas baldias.

Cabe aos proprietários florestais, a limpeza das áreas particulares, podendo recorrer ao Gabinete Florestal para um aconselhamento técnico, bem como a colaboração em algum trabalho.

O gabinete florestal em colaboração com as associações de produtores florestais podem ajudar na gestão de áreas de modo a criar a gestão das mesmas sustentável.

Mapa nº9



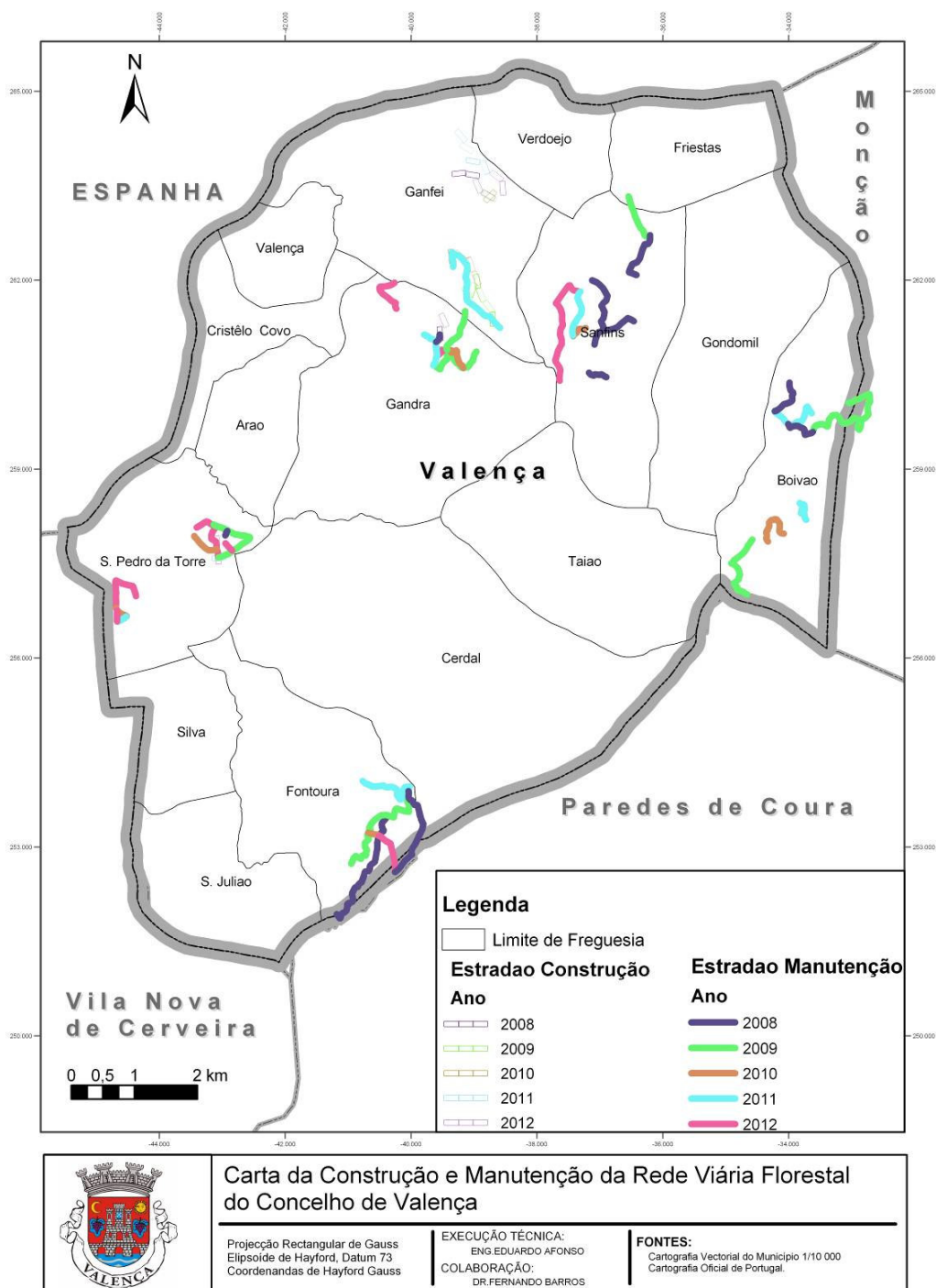
QUADRO Nº 4

Município	Código da descrição da faixa	Descrição da Faixa	Unidades	Meios de execução
				004
Município de Valença	002	Aglomerados populacionais	ha	376,04
			%	3,2
	003	Parques e polígonos industriais e aterros sanitários	ha	58,26
			%	0,5
	004	Rede Viária	ha	88,3
			%	0,8
	005	Rede Média e Alta tensão	ha	45,8
			%	0,4
	006	Rede de Gás	ha	8,7
			%	0,07
		Total	ha	568,4

Quadro nº 5

	Código da descrição da faixa	Descrição da Faixa/mosaico	2008	2009	2010	2011	2012
			Área com intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área com intervenção Valença
Município	002	Aglomerados populacionais					364
	003	Parques e polígonos industriais e aterros sanitários	2			56,08	
	004	Rede viária	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66
	005	Rede M.A. Tensão			45,8		
	006	Rede de Gás		8,7			
	012	Pontos de Água	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
	Total		18,66	27,16	64,26	18,46	382,46

Mapa nº 10



Quadro N.º 6 -Distribuição da rede viária florestal do Município por meios de execução para 2008-2012

Município	Classes das vias da RVF	Unidades	Meios de execução
			004
Valença	1. ^a ordem A	Total (m)	14750
	1. ^a ordem B	Total %	18939
	2. ^a ordem	Total %	87216
	2. ^a ordem B	Total %	125336
	3. ^a ordem	Total %	145336

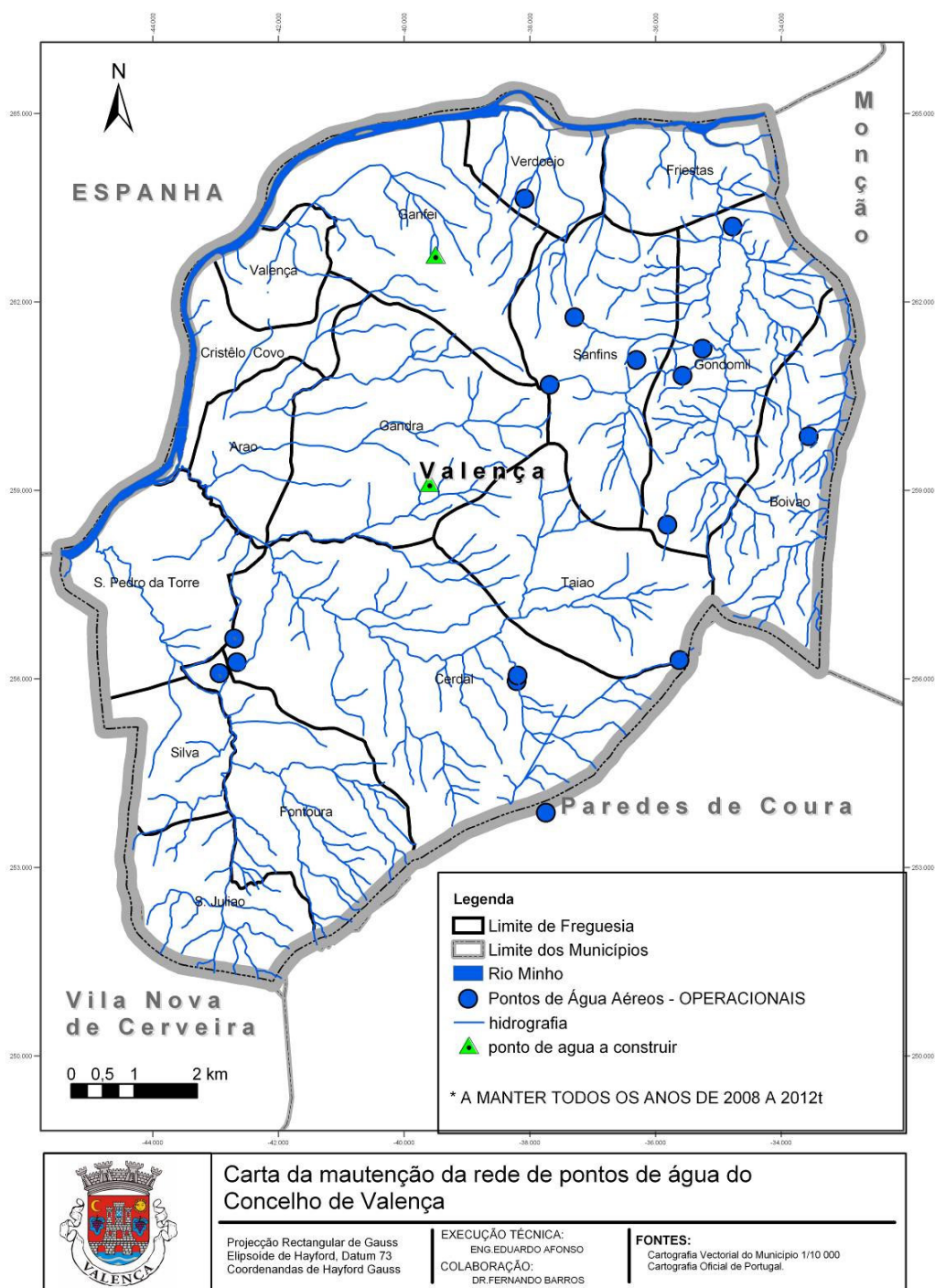
Legenda:

Meios de execução: 001 – ESF da Autarquia; 002 – ESF da OPF; 003 – Equipas Defesa da Floresta contra Incêndios (AGRI 3.4.); 004 – Empresa Prestação de Serviços/Prestadores de Serviços; 005 – Meios próprios da Autarquia; 006 - Programas Ocupacionais; 007 – Outros.

Quadro 7 – Intervenções (construção, manutenção) na rede viária do Município para 2008-2012

Município	Código da Rede Viária	Descrição da Rede Viária	2008		2009		2010		2011		2012	
			Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)
Valença	PNR	Plano Nacional Rodoviário	0	33689	16845	16845	16845	16845	16845	16845	16845	16845
	RVM	Rede Municipal	42510	170041	42510	170041	42510	170041	42510	170041	42510	170041
	RVF	Rede Viária Florestal de 3ª ordem	1172,56	5559,04	1391,73	5339,87	878,78	5853,82	2440,6	4291	847,94	5883,66
	Total		43682,56	209289,04	64694,97	192225,87	60233,78	192739,8	61795,6	191177	60202,94	192769,7

Mapa nº 11



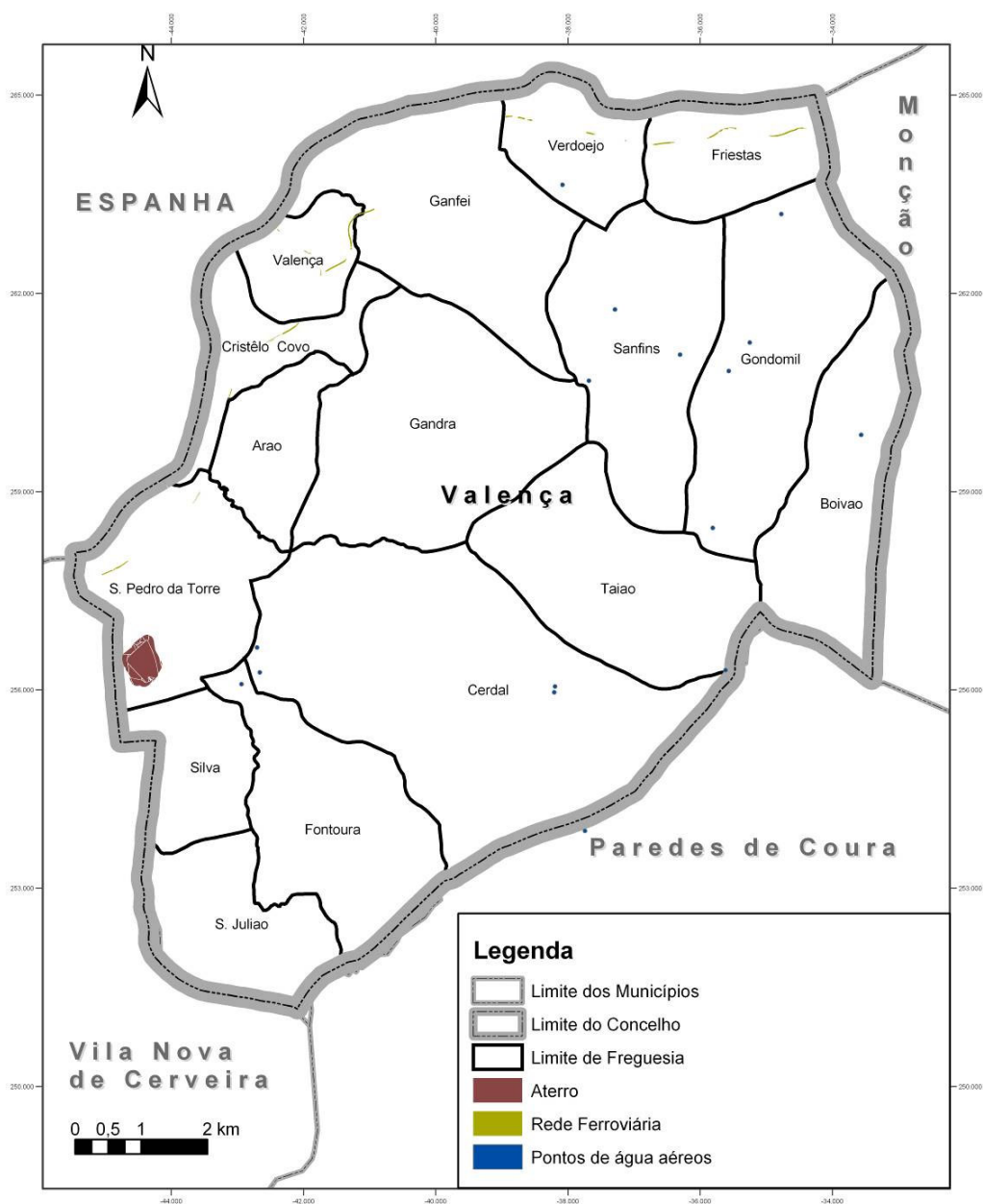
Quadro nº 8 – Intervensões (construção, manutenção) na rede pontos de água para 2008-2012 públicas

ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Tipologia de acção	2008	2009	2010	2011	2012
				Volume (m ³)				
1 a 42	*		MAN	26981	26981	26981	26981	26981
43	111	Reservatório DFCI**	CON	250				

* Os pontos de água constantes do quadro n.º 3 onde se pode ver o tipo e designação, vão ser mantidos e, as intervenções serão realizadas todos os anos.

** O novo ponto de água que se pretende construir vai seguir as indicações da Portaria n.º 133/2007 de 26 de Janeiro.

Mapa nº12



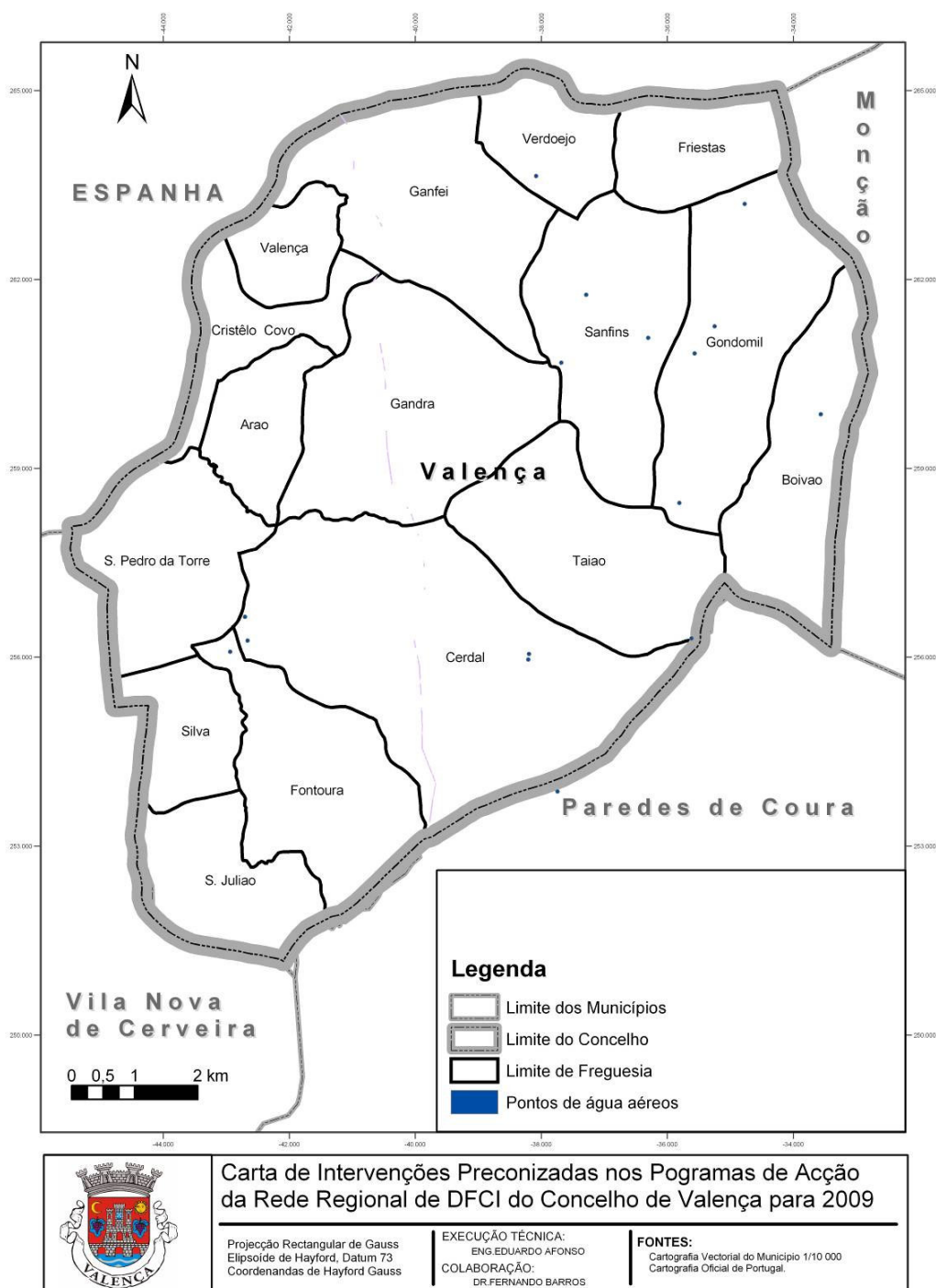
Carta de Intervenções Preconizadas nos Programas de Acção da Rede Regional de DFCI do Concelho de Valença para 2008

Projeção Rectangular de Gauss
Elipsoide de Hayford, Datum 73
Coordenadas de Hayford Gauss

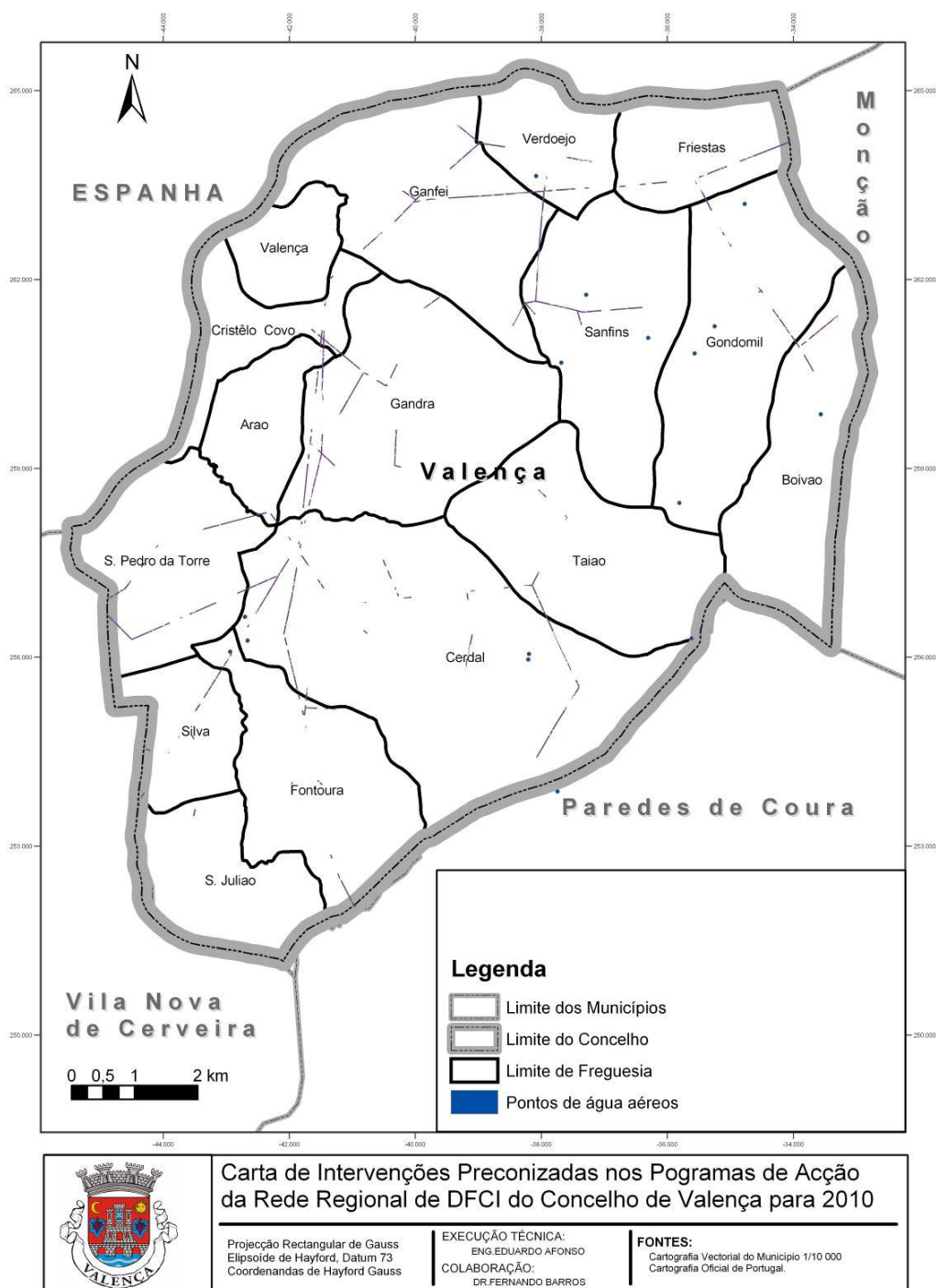
EXECUÇÃO TÉCNICA:
ENG. EDUARDO AFONSO
COLABORAÇÃO:
DR. FERNANDO BARROS

FONTES:
Cartografia Vectorial do Município 1/10 000
Cartografia Oficial de Portugal.

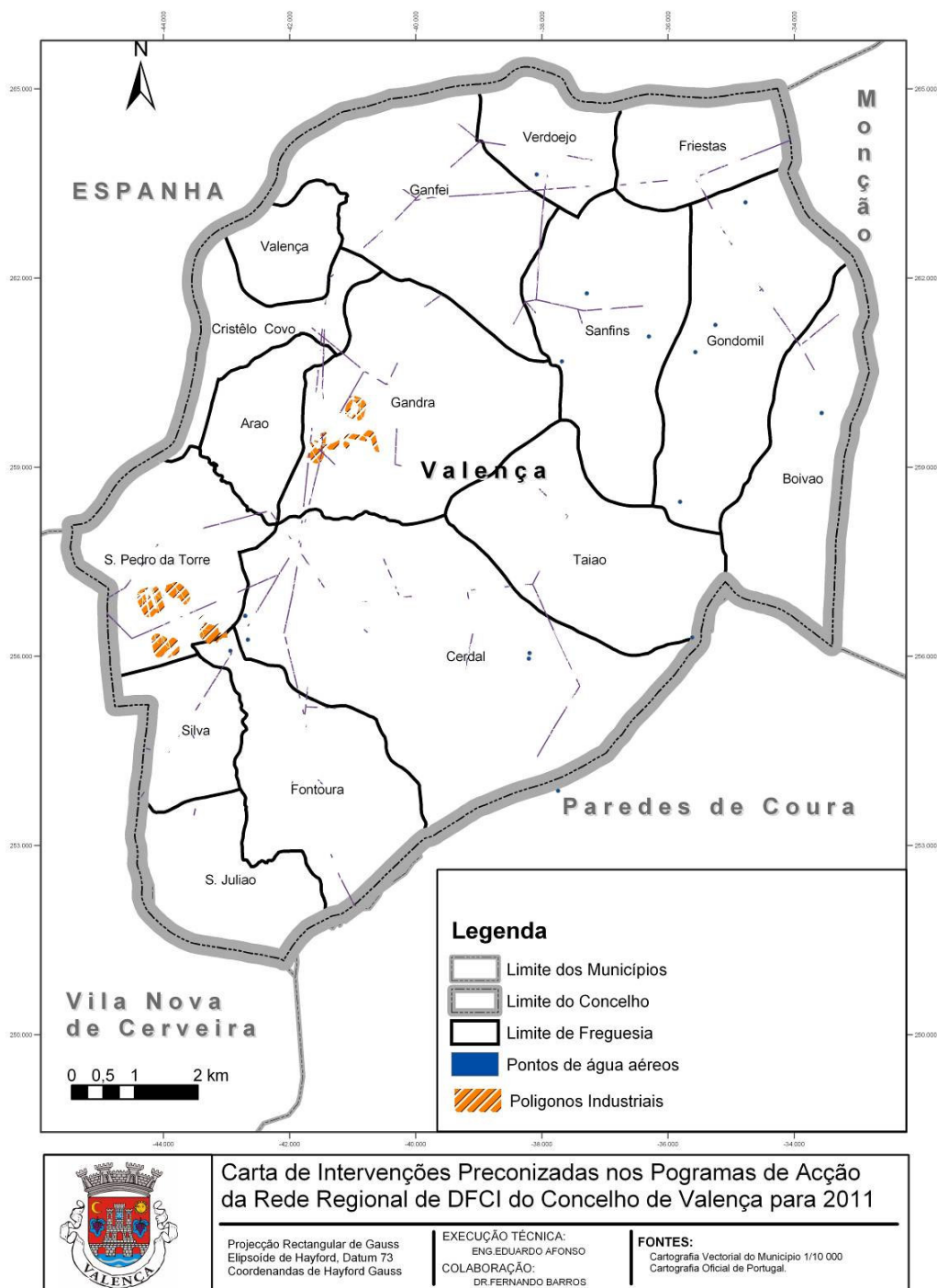
Mapa nº13



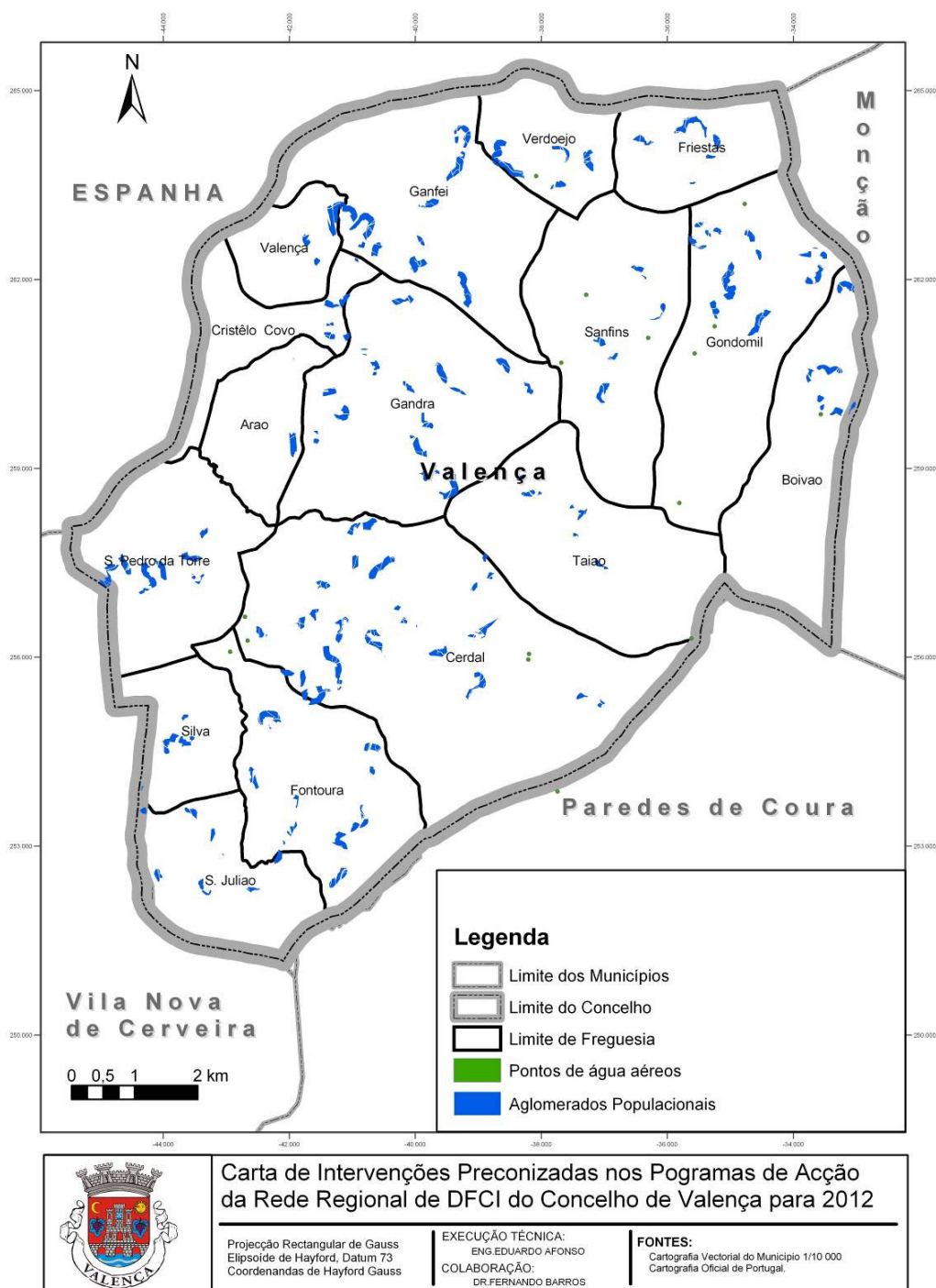
Mapa nº14



Mapa nº15



Mapa nº 16



3.5- METAS, RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTO

Quadro 10 – Metas e indicadores – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período 2008 a 2012.

Acção	Metas	Unid.	Indicadores				
			2008	2009	2010	2011	2012
Implementação e manutenção de aglomerados populacionais	Instalação - CDO	ha					364
Implementação e manutenção de parques e polígonos industriais	Instalação - CAO	ha	2			56,08	
Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	Instalação - CDR	ha	17,66	17,66	17,66	17,66	17,66
Implementação e manutenção da rede eléctrica de media e alta tensão	Manutenção - MAO	ha			45,8		
Manutenção de Pontos de Água	Manutenção	unidades	42	42	42	42	42
Manutenção da Rede Viária	Manutenção / Beneficiação	m	5325,56	9357	2604,6	5949,1	5484,4

CDO Gestão moto-manual de combustível e correcção de densidades excessivas. **CDR** Gestão moto-manual de combustível, correcção de densidades excessivas e desramação. **CAO** Gestão moto-manual de combustível e alteração do coberto vegetal. **MDO** Gestão mecânica de combustível e correcção de densidades. **MDR** Gestão mecânica de combustível, correcção de densidades excessivas e desramação. **MAO** Gestão mecânica de combustível e alteração do coberto vegetal. **QQQ** Gestão com fogo controlado. **DDD** Correcção de densidades excessivas. **RRR** Desramações. **DRO** Correcção de densidades excessivas e desramações. **AAA** Criação faixas ou manchas por alteração do coberto vegetal. **SSS** Sem intervenção.

Quadro 11 – Orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais

Acção	Metas	2008		2009		2010		2011		2012	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Implementação e manutenção de aglomerados populacionais	364 ha									218 400	Particulares
Implementação e manutenção de parques e polígonos industriais	58.8 ha	1200	Particulares CM Valença					33648	Particulares CM Valença		
Implementação e manutenção da FGC (rede viária)	88.3 ha	10 620	EP CM Valença	10 620	EP CM Valença	10 620	EP CM Valença	10 620	EP CM Valença	10 620	EP CM Valença
Implementação e manutenção da rede eléctrica de média e alta tensão	45.8 ha							27 480	REN		
Manutenção de Pontos de Água	42 Pontos	1800	CM Valença	1800	CM Valença	1800	CM Valença	1800	CM Valença	1800	CM Valença
Manutenção da Rede Viária	23395 m	3622,5	EP CM Valença	6364,6	EP CM Valença	1771,7	EP CM Valença	4046,5	EP CM Valença	3730,3	EP CM Valença
Total		17242,5 €		18784,6 €		14191,7 €		77594,5 €		234550,3 €	

2º EIXO ESTRATEGICO**REDUÇÃO DA INCIDENCIA DOS INCÊNDIOS****2º Eixo estratégico – Reduzir a incidência dos incêndios**

Objectivo estratégico	- Educar e sensibilizar populações; - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
------------------------------	--

Objectivos operacionais	- Sensibilização. - Fiscalização.
--------------------------------	--

Acção
- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional. - Definir áreas críticas e prioridades de fiscalização, tendo em consideração a identificação das principais causas e motivações de incêndio, o valor dos espaços florestais, o risco de ignição, as zonas de risco, os dias da semana e os períodos do dia de maior risco.

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das actividades que têm por objectivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, actuando em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objectivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por actividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá actuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património colectivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Para definir as metas para as acções que consubstanciam o eixo estratégico – “reduzir a incidência dos incêndios”, deve ter-se em conta a informação base relativa à caracterização da população e análise do histórico e causalidade dos incêndios (Caderno II).

As acções contempladas neste documento são orientadoras e devem ser adequadas à realidade, causalidade e histórico de incêndios de cada concelho.

Quadro 12 – Sensibilização – diagnóstico

Grupos-alvo	Diagnóstico – Resumo			
	Comportamento de risco			Impacto e danos
	O que?	Como?	Onde?	Quando?
População urbana	Uso incorrecto do fogo	Churrascos	Município de Valença	Primavera Verão
Automobilistas	Negligência	Cigarro	Município de Valença	Todo o ano
Campista/Turista	Uso do fogo	Fogueiras	Município de Valença	Primavera Verão
Proprietário Florestal	Uso incorrecto do fogo	Queima de resíduos florestais	Município de Valença	Primavera Verão
Agricultor	Uso do fogo	Queima de resíduos agrícolas	Município de Valença	Primavera Verão
Operador de máquinas agrícolas/florestais	Utilização de máquinas agrícolas/florestais nos dias de risco de incêndio elevado	Acidentes trabalho agrícola/florestal	Município de Valença	Primavera Verão
Empresas peri-urbanas	Uso incorrecto do fogo	Queima de sobrantes	Município de Valença	Todo o ano
Proprietários de habitações em zona de interface urbano-florestal	Uso incorrecto do fogo	Queima de sobrantes	Município de Valença	Todo o ano
População escolar	Uso incorrecto do fogo	Brincadeiras de crianças	Município de Valença	Todo o ano

4.1 - Fiscalização

Torna-se necessária uma definição das áreas de actuação para que exista uma fiscalização eficiente, assim como a determinação de grupos alvo, períodos de actuação, bem como o desenvolvimento de actividades em função dos comportamentos de risco presentes no Município de Valença.

A capacidade de fiscalização será tão mais eficaz quanto melhor seja a integração de um conjunto de medidas e atitudes que se prendem, entre outras, com a coordenação ao nível das entidades competentes de todas as acções de fiscalização, tendo por base o conhecimento local da comunidade.

Quadro 13 – Fiscalização

Área de actuação	Grupo-alvo	Período de actuação	Entidade responsável	Meios envolvidos		Actividade desenvolvida
				Recursos Humanos	Recursos Materiais	
Município de Valença	População escolar	Decurso do ano Escolar	GNR	2	1 viatura (“Escola Segura”)	Patrulhamento Fiscalização
	População Urbana	Todo o ano		22	4 viaturas	
	Empresas peri-urbanas e proprietários de habitações em zonas de interface urbano-florestal	Todo o ano		4	1 viatura	
	Banhistas/campistas	Durante a época balnear		4 (+2)	2 viaturas	
	Proprietário Florestal/Agricultor	Trimestralmente		4 (+2)	2 viaturas	

4.2-Sensibilização – metas e indicadores

Todas as acções de educação e sensibilização têm como objectivo fundamental a redução do número de ocorrências e deverão ser definidas e organizadas em termos de acções a implementar, metas a atingir e indicadores. A respectiva orçamentação irá permitir a médio/longo prazo avaliar o custo/benefício de cada acção.

Acção

Sensibilização da população nas zonas de interface urbano-florestal (IUF), empresas peri-urbanas, proprietários florestais e população urbana para os perigos do uso incorrecto do fogo, de forma a proteger os bens edificados e vidas, e das boas praticas de reflorestação.

Metas

- Realização de sessões de esclarecimento dedicadas às populações e empresários do Município, em espaços municipais, complementadas com desdobráveis e cartazes;
- Divulgação de folhetos e anúncios informativos, utilizando a Agenda e Boletins Municipais, assim como a Internet;
- Colocação de editais;
- Divulgação nos jornais de âmbito local de medidas de prevenção aos incêndios;
- Placares de sensibilização.

Indicadores

Sessões de esclarecimento anuais (2008-2012) com o máximo de população presente nas sessões.

Acção

Actividades/Acções de Sensibilização de forma a informar/educar para os comportamentos ambientalmente correctos nos jovens e nas escolas do Município.

Metas

- Participação da população escolar nas actividades do Programa Municipal de Ambiente;
- Acções e actividades de Sensibilização nas escolas;
- Realização de actividades nas áreas florestais com Agrupamentos de Escuteiros do Município e outras Associações;

- Realização de actividades (jogos educativos/didácticos) nos espaços florestais do Município, com a intenção de consciencializar a população para a necessidade de proteger e preservar a floresta.

Indicadores

- Actividades anuais (2008-2012) em todas as escolas do Município;
- Actividades na floresta nas épocas de Verão.

Acção

Sensibilização turistas e agricultores para a não realização de fogueiras, queimadas de renovação de pastagens e fumigação nos dias de risco de incêndio elevado.

Metas

- Realização de sessões de esclarecimento com os agricultores;
- Realização de recolhas frequentes do lixo em parques de merendas, envolvente aos espaços florestais, etc.;
- Proibir o fogo com o objectivo da desvalorização do material lenhoso;
- Colocação de editais;
- Outro Material.

Indicadores

60 % dos agricultores alertados (2008 a 2012);
Redução do número de queimadas, fogueiras e fumigação em 80% (2008 a 2012);
Redução da área ardida de forma controlada (2008 a 2012).

Acção

Sensibilização dos operadores de máquinas agrícolas/florestais para a não utilização das suas máquinas nos dias de risco de incêndio elevado.

Metas

- Distribuição de folhetos informativos;
- Sessões de esclarecimento com as empresas agro – florestais;
- Colocação de editais;
- Outro Material.

Indicadores

50 % das empresas alertadas. (2008 a 2012).

Quadro 14 – Sensibilização – orçamento e responsáveis

Acção	Metas	2008		2009	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Sensibilização da população nas zonas de interface urbano-florestal (IUF), empresas peri-urbanas, proprietários florestais e população urbana para os perigos do uso incorrecto do fogo, de forma a proteger os bens edificados e vidas, e das boas praticas de reflorestação.	- Realização de sessões de esclarecimento dedicadas às populações e empresários do Município, em espaços municipais, complementadas com desdobráveis e cartazes; - Divulgação de folhetos e anúncios informativos, utilizando a Agenda e Boletins Municipais, assim como a Internet; - Colocação de editais; - Divulgação nos jornais de âmbito local de medidas de prevenção aos incêndios; - Placares de sensibilização.	1744,44	CM Valença GTF	2000	CM Valença GTF
	Sub-Total	1744,44		2000	
Actividades/Ações de Sensibilização de forma a informar/ educar para os comportamentos ambientalmente correctos nos jovens e nas escolas do Município.	-Participação da população escolar nas actividades do Plano Municipal de Ambiente; -Ações e actividades de Sensibilização nas escolas. -Realização de actividades nas áreas florestais com os Agrupamento de Escuteiros e outras Associações do Município; -Realização de actividades (jogos educativos/didácticos) nas praias do Município, com a intenção de consciencializar a população para a necessidade de proteger e preservar a floresta.	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
	Sub-Total	1000		1000	
Sensibilização /turistas e agricultores para a não realização de fogueiras, queimadas de renovação de pastagens e fumigação nos dias de risco de incêndio elevado.	- Realização de sessões de esclarecimento com os agricultores; - Distribuição de folhetos informativos nos parques de campismo; - Realização de recolhas frequentes do lixo em parques de merendas, envolvente aos parques de campismo, etc. - Proibir o fogo com o objectivo da desvalorização do material lenhoso; - Colocação de editais.	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
	Sub-Total	1000		1000	
Sensibilização dos operadores de máquinas agrícolas/florestais para a não utilização das suas máquinas nos dias de risco de incêndio elevado.	- Distribuição de folhetos informativos; - Sessões de esclarecimento com as empresas agro – florestais; - Colocação de editais.	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
	Sub-Total	1000.00		1000	
	total	4744,44		5 000	

(cont.)

(cont. pág. anterior)

2010		2011		2012	
Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
2000	CM Valença GTF	2000	CM Valença GTF	2000	CM Valença GTF
2000		2000		2000	
1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
1000		1000		1000	
1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
1000		1000		1000	
1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF	1000	CM Valença GTF
1000		1000		1000	
5 000		5 000		5 000	

3º EIXO ESTRATEGICO**MELHORIA DA EFICACIA DO ATAQUE E DA GESTAO DOS INCÊNDIOS**

A organização de um dispositivo que preveja a mobilização preventiva de meios deve ter em conta a disponibilidade dos recursos, por forma a garantir a detecção e extinção rápidas dos incêndios, antes que eles assumam grandes proporções, sobretudo tendo em conta que este desafio poderá ser agravado pelos ciclos climáticos.

A definição prévia de canais de comunicação, formas de actuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, contribuirá para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Para definir as metas e os indicadores para as acções que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” deve-se ter em conta a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e causalidade dos incêndios e informação relativa à rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI).

Objectivo estratégico	- Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção. - Melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós incêndio.
------------------------------	--

Objectivos operacionais	- Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado. - Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção. - Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo. - Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância após rescaldo.
--------------------------------	--

Acção

- Executar a inventariação dos meios e recursos existentes e o respectivo plano de reequipamento.
- Identificar todos os sistemas vigilância e detecção, responsabilidades, procedimentos e objectivos.
- Elaborar cartas de visibilidade para os postos de vigia.
- Definir procedimentos de mobilização de meios para cada nível de alerta.

Para que exista um dispositivo organizado e pronto para uma mobilização preventiva de meios, há que ter em conta a disponibilidade e características dos recursos existentes, para que se garanta uma detecção e extinção rápida dos incêndios.

A determinação preliminar de canais de comunicação, formas de procedimento, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades

actuates, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

5.1 - Meios e recursos

Neste parâmetro pretende-se fazer uma listagem das entidades envolvidas nas acções de vigilância e detecção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo. Pretende-se também fazer um inventário de equipamento e ferramentas de sapador por cada entidade, maquinaria pesada e dispositivos operacionais (funções e responsabilidades).

Quadro 15 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção

Acção	Entidade	Identificação da equipa	Áreas de actuação (Sectores territoriais)	Recursos humanos (nº)	Período de actuação
Vigilância e detecção	GNR	EPNA/EPS	Todo o Município	4+2	15 Maio a 15 Outubro
Primeira intervenção	BV Valença Afocelca	ECIN	Todo o Município	5 +5	
Combate	BV Valença Afocelca	ECIN	Todo o Município	5+5	
Rescaldo	BV Valença Afocelca	ECIN	Todo o Município	5+5	
Vigilância pós-incêndio	BV Valença Afocelca	ECIN	Todo o Município	5+5	

Quadro 16– Inventário de equipamento e ferramenta de sapador por entidade

Acção	Entidade	Designação da Equipa	Viatura		Equipamento hidráulico de supressão		Ferramenta de sapador	
			Nº	4x4, 4x2	Nº	Tipo (Kit-K, mangueiras-M e agulhetas-A)	Nº	Tipo
Vigilância e detecção	GNR	EPNA/EPS	4+2	4x4	-	-	-	-
Primeira intervenção	BV Valença	ECIN	3	4x4	3	K-M-A	10	Moto-bomba
Combate							4	Moto-serra
Rescaldo							20	Extintor
Vigilância pós-incêndio							2	Maceta
							6	Pá
							6	Enxada
							5	Machado
							8	Gadanho
							20	Batedores
							1	Picareta
							2	Geradores

Quadro 17 – Maquinaria pesada

Descrição da maquinaria pesada	Quantidade de maquinaria	Proprietário	Localização
VLCI	1	BV Valença	Valença
VFCI	2	BV Valença	Valença
VUCI	2	BV Valença	Valença
VECI	1	BV Valença	Valença
VTU	1	BV Valença	Valença
VSAT	1	BV Valença	Valença
VP 32	1	BV Valença	Valença
VCOT	1	BV Valença	Valença
VTPT	2	BV Valença	Valença
ABSC	3	BV Valença	Valença
ABTD	10	BV Valença	Valença
ABTM	2	BV Valença	Valença
Camiões	2	CM Valença	Valença
Carrinhas 6 ton	1	CM Valença	Valença
Carrinhas 9 lug	3	CM Valença	Valença
Pá Carregadora	1	CM Valença	Valença
Retroescavadora	3	CM Valença	Valença
Autocarro 50 lug	1	CM Valença	Valença
Autocarro 20 lug	1	CM Valença	Valença
Autocarro 30 lug	2	CM Valença	Valença
Tractor	3	CM Valença	Valença
Cisterna	1	CM Valença	Valença
Cisterna	1	JF Boivão	Valença
Kit 600L	1	JF Boivão	Valença
Cisterna	1	JF Gondomil	Valença
Kit 600L	1	JF Gondomil	Valença
Kit 600L	1	JF Cerdal	Valença
Kit 600 L	1	JF Fontoura	Valença
Kit 600 L	1	JF Taião	Valença
VFCI	1	AFOCELCA	Valença
VLCI AFOCELCA	1	AFOCELCA	Valença

Fonte: PME Valença

Quadro 18 – Dispositivos operacionais – funções e responsabilidades

Funções e responsabilidades Entidades	Informação e educação	Patrulhamento e fiscalização	Vigilância	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-incêndio	Despistagem das causas
Corporações de Bombeiros								
GNR- EPNA/EPS								
Polícia Judiciária								

 **Legenda:** Da responsabilidade da Entidade

Quadro 19 – Alerta laranja e vermelho

Procedimentos de actuação	Actividades	Horário	Nº mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
Entidades				
Corporações de Bombeiros	Vigilância Armada, 1ª Intervenção, Combate, Rescaldo, Vigilância Pós-incêndio	24 Horas	7	Quartel
SMPC	Coordenação Apoio logístico	24 Horas	3	CMV
GNR: EPNA + EPF	Vigilância, vigilância-pós incêndio	24 Horas	2	Quartel
CMPC	Coordenação	24 Horas	7	Quartel
GTF	Coordenação	24 Horas	1	Quartel

5.2 - Sectores e Locais Estratégicos de Estacionamento (LEE)

O zonamento do território em sectores DFCI (Defesa da Floresta Contra Incêndios) é uma medida que visa a adequada planificação e execução das acções de vigilância, detecção e primeira intervenção. Este zonamento deve ser feito anualmente e incorporado nos planos de nível superior.

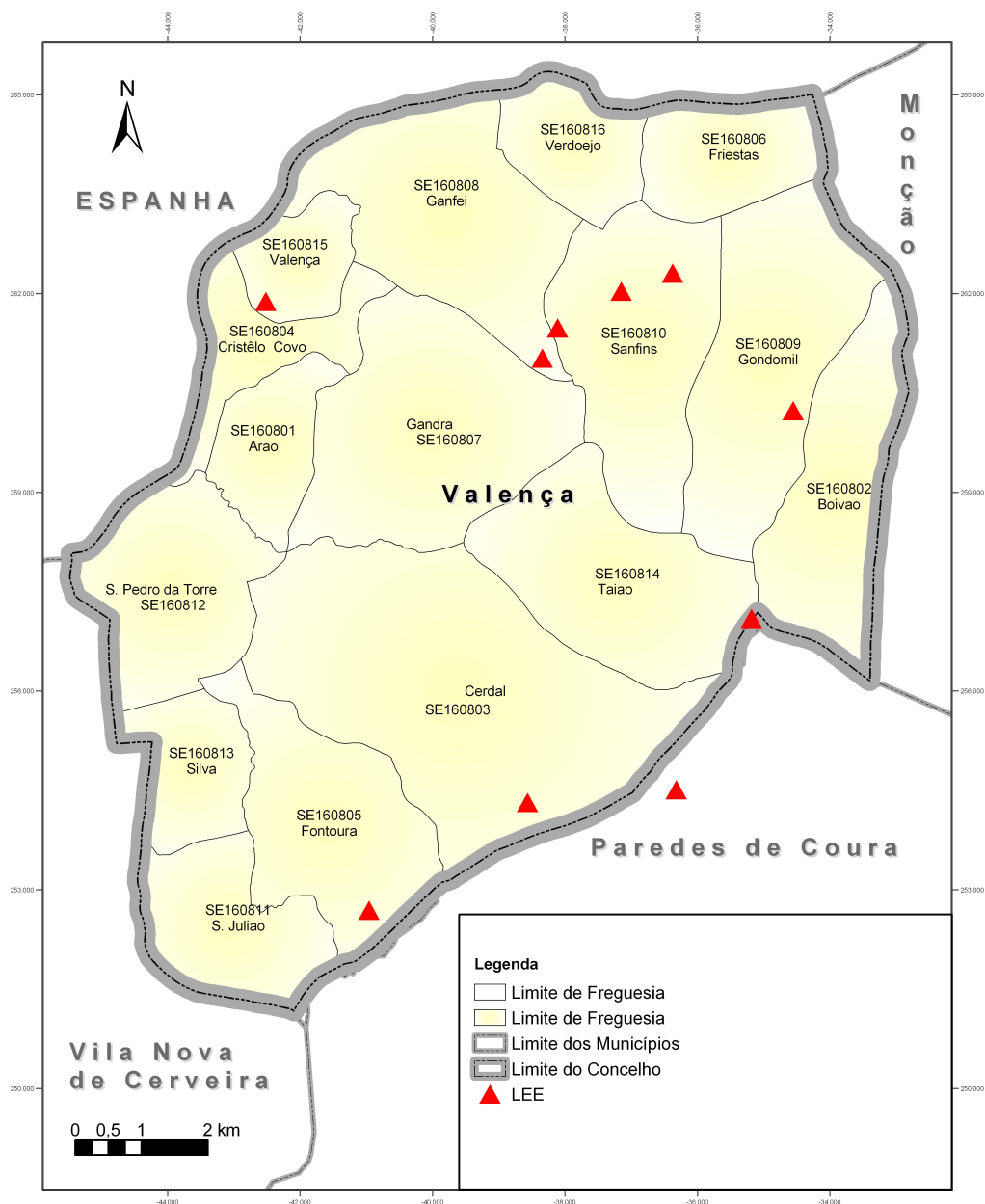
Os sectores definem parcelas contínuas do Território Municipal às quais são atribuídas, no âmbito da Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios, responsabilidades claras quanto às acções de vigilância, detecção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.

A sectorização permite também a identificação dos agentes disponíveis para primeira intervenção e o seu rápido alerta em caso de ignição.

Os locais estratégicos de estacionamento constituem pontos no território onde se considera óptimo o posicionamento de unidades de primeira intervenção. Pretende-se garantir o objectivo de máxima rapidez de intervenção e em simultâneo os objectivos de vigilância e dissuasão eficazes.

No Município de Valença os LEE existentes são os adequados dadas as características geomorfológicas do Concelho.

Mapa nº17



	Carta dos sectores territoriais de DFCI e LEE do Concelho de Valença		
Projeção Rectangular de Gauss Elipsoide de Hayford, Datum 73 Coordenandas de Hayford Gauss		EXECUÇÃO TÉCNICA: ENG. EDUARDO AFONSO COLABORAÇÃO: DR. FERNANDO BARROS	FONTES: Cartografia Vectorial do Município 1/10 000 Cartografia Oficial de Portugal.

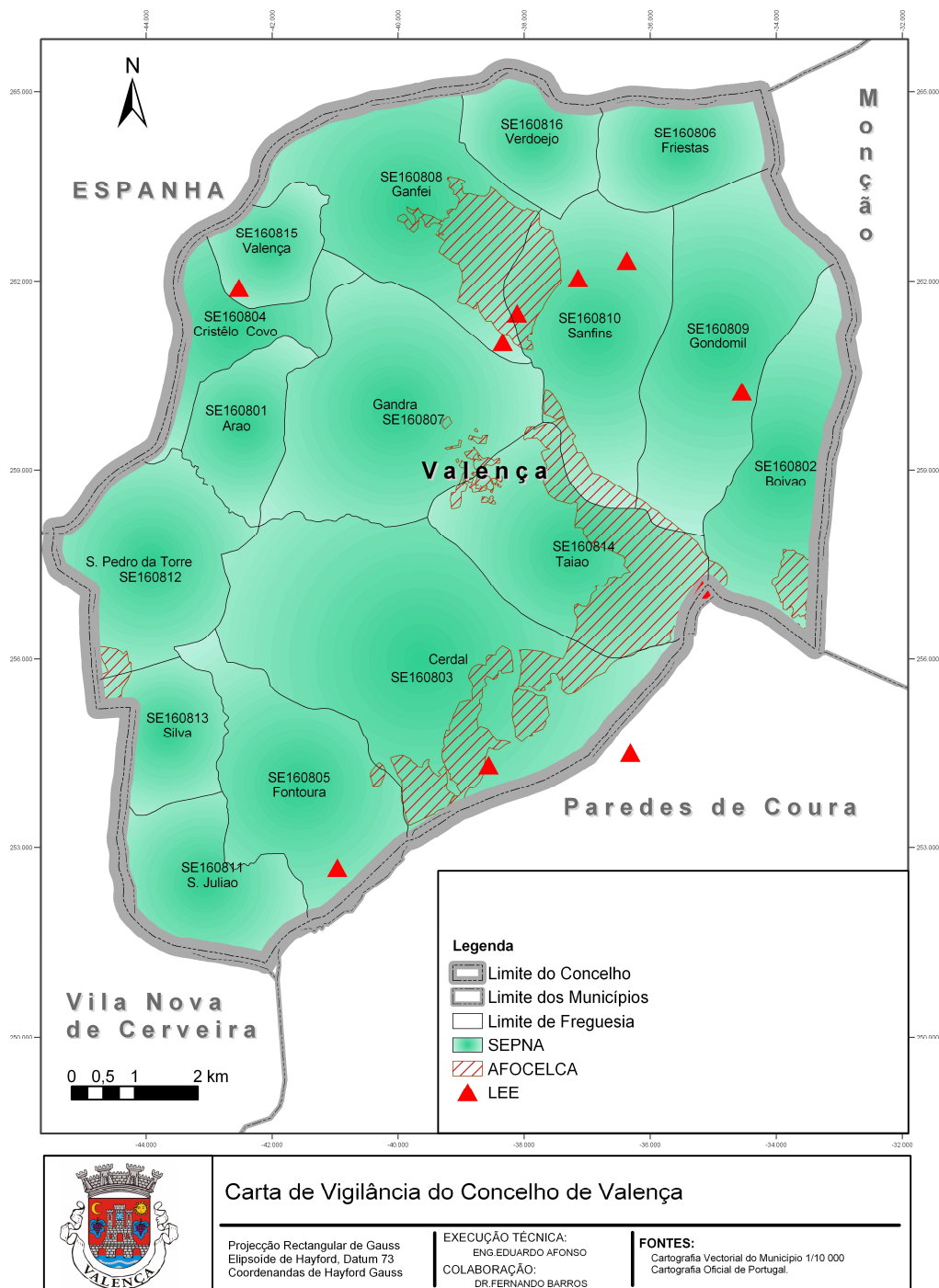
5.3 - Vigilância e detecção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios. Os Postos de Vigia visam assegurar a detecção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

No Município de Valença existe um posto de vigia operacional situado na Boalhosa.

A vigilância terrestre móvel é um complemento da rede de vigilância fixa, através da articulação de elementos no terreno: Câmara Municipal, Bombeiros e GNR, desenhada e articulada ao nível do Município segundo áreas de intervenção preferencial de actuação. Importa referir que, para o efeito, a GNR é a responsável máxima pela vigilância.

Mapa nº 18

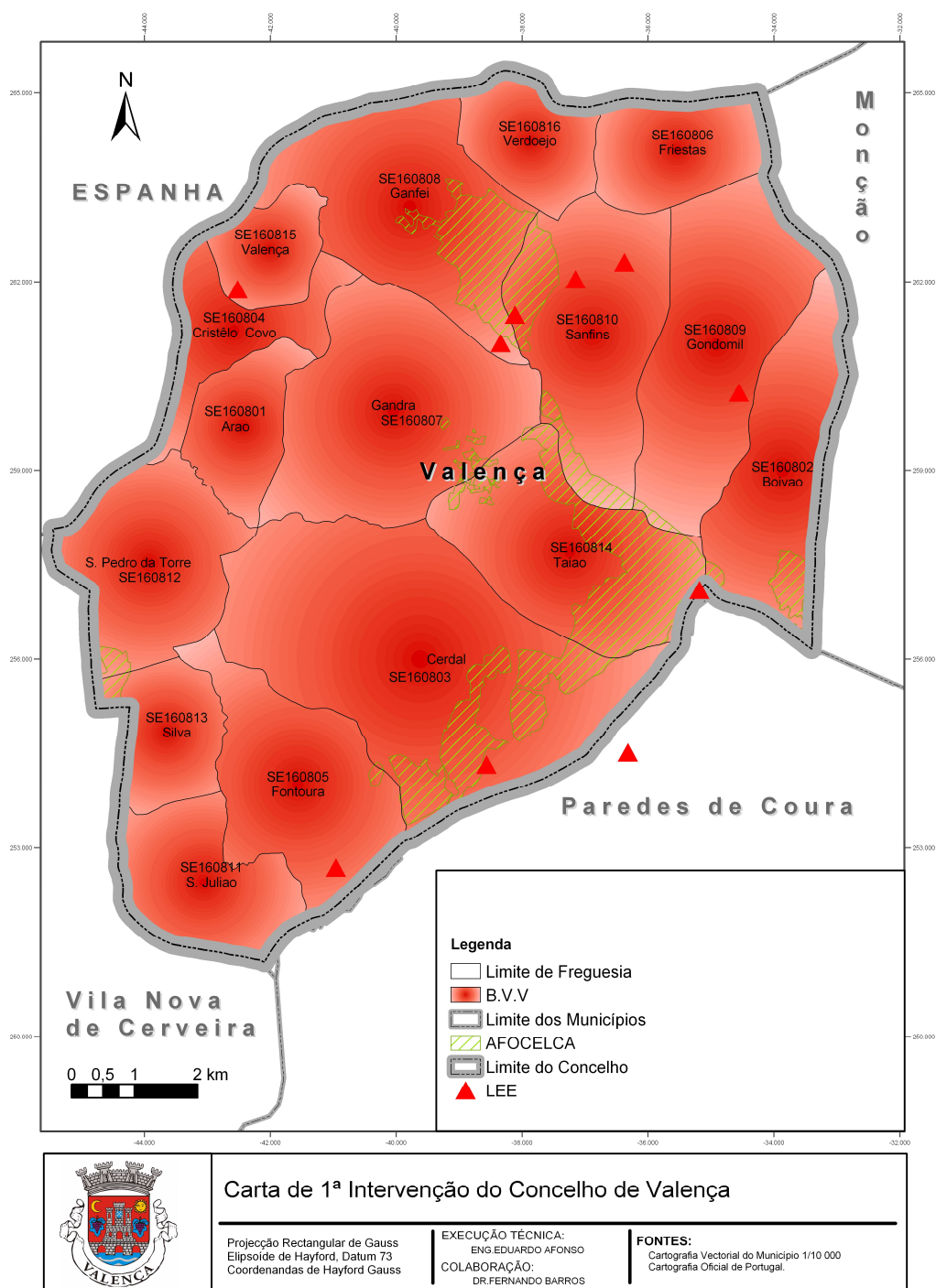


5.4- Primeira intervenção

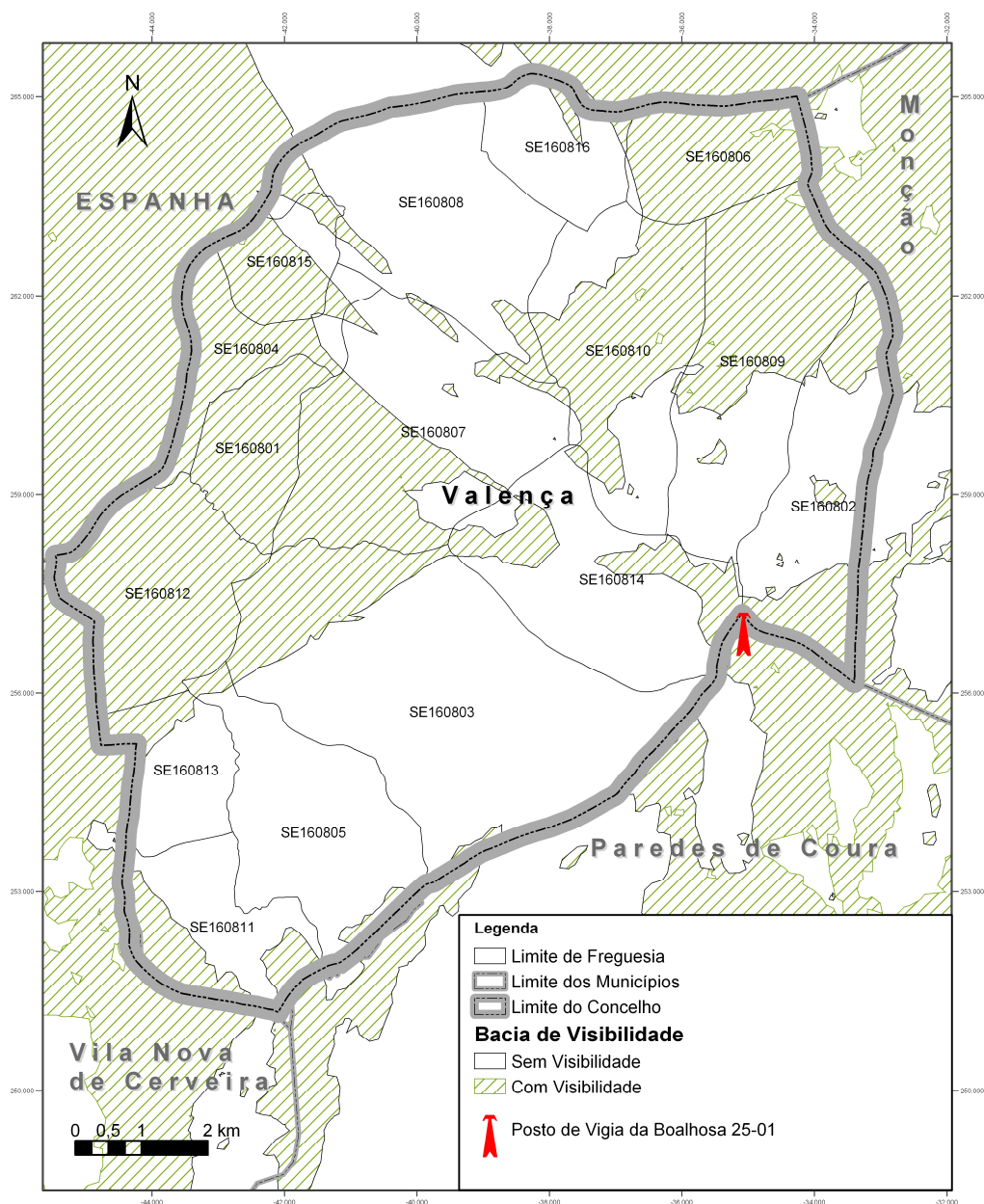
Os factores de sucesso intrínsecos à 1ª Intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e garantidos por elementos com a formação adequada.

As acções de 1ª Intervenção, numa organização de cariz Municipal, deverão, assim ser desenvolvidas, prioritariamente pelos agentes posicionados no terreno. A colaboração nas acções de vigilância e detecção deverão actuar e estar o mais próximo do início das ignições, nomeadamente os Bombeiros (ECIN), Equipas da Protecção Civil Municipal e outros elementos presentes no terreno.

Mapa nº 19



Mapa nº20



	Carta da Rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade do Concelho de Valença		
	Projectão Rectangular de Gauss Elipsoide de Hayford, Datum 73 Coordenadas de Hayford Gauss	EXECUÇÃO TÉCNICA: ENG.EDUARDO AFONSO COLABORAÇÃO: DR.FERNANDO BARROS	FONTES: Cartografia Vectorial do Município 1/10 000 Cartografia Oficial de Portugal.

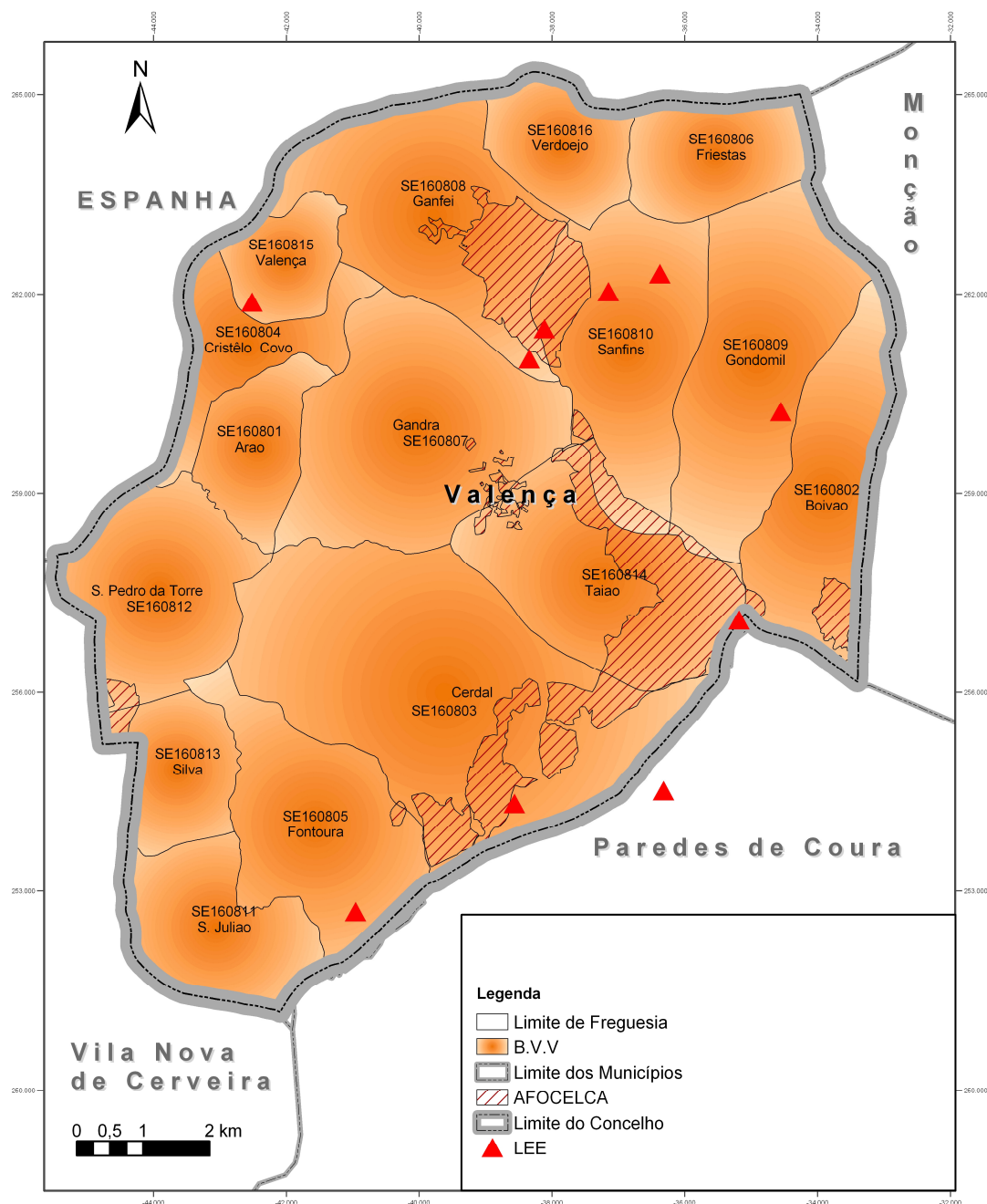
5.5 - Combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio

A capacidade e o tempo de resposta no emprego dos meios terrestres e a utilização de estratégias que envolvam capacidade de previsão e de intervenção indirecta por pessoal e máquinas, são assentes em esquemas de formação e directivas de operação adequadas, sendo fundamentais para o sucesso de qualquer operação de combate.

O rescaldo é uma fase crucial do combate, pelo que o responsável da operação tem de garantir a sua correcta e eficaz execução, devendo ser efectuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

A vigilância pós-incêndio deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO) de modo a poder ser possível intervir rapidamente em situação de eventuais reacendimentos. Existindo nas Equipas da Protecção Civil Municipal, desde que requisitados pelo Comandante de Operações de Socorro, estas garantirão a vigilância pós-incêndio, até que se certifique não existirem sinais de actividade de combustão.

Mapa nº21



Carta de Combate, Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio Concelho de Valença

Projeção Rectangular de Gauss
Elipsoide de Hayford, Datum 73
Coordenadas de Hayford Gauss

EXECUÇÃO TÉCNICA:
ENG. EDUARDO AFONSO
COLABORAÇÃO:
DR. FERNANDO BARROS

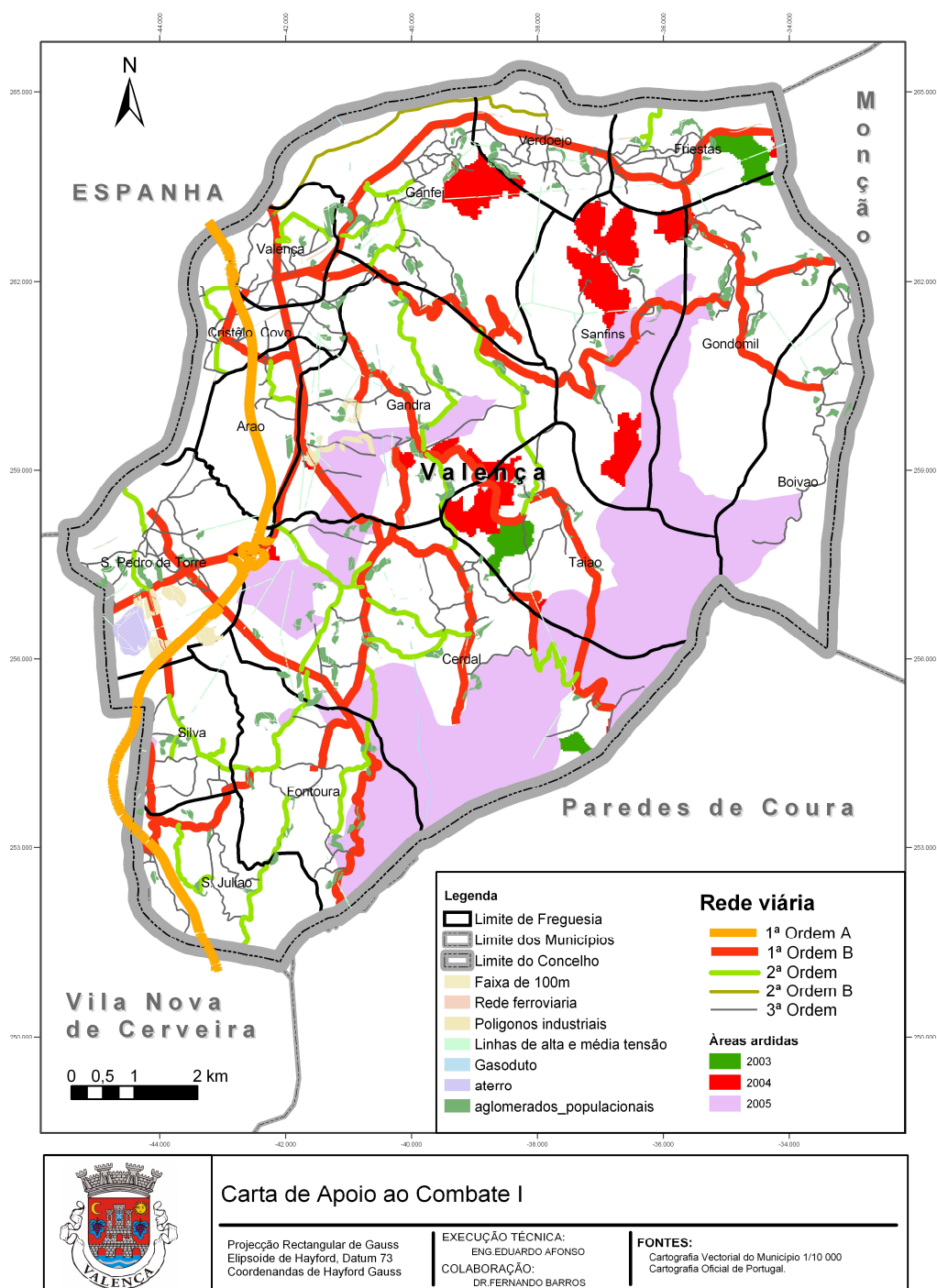
FONTES:
Cartografia Vectorial do Município 1/10 000
Cartografia Oficial de Portugal.

5.6 - Apoio ao combate

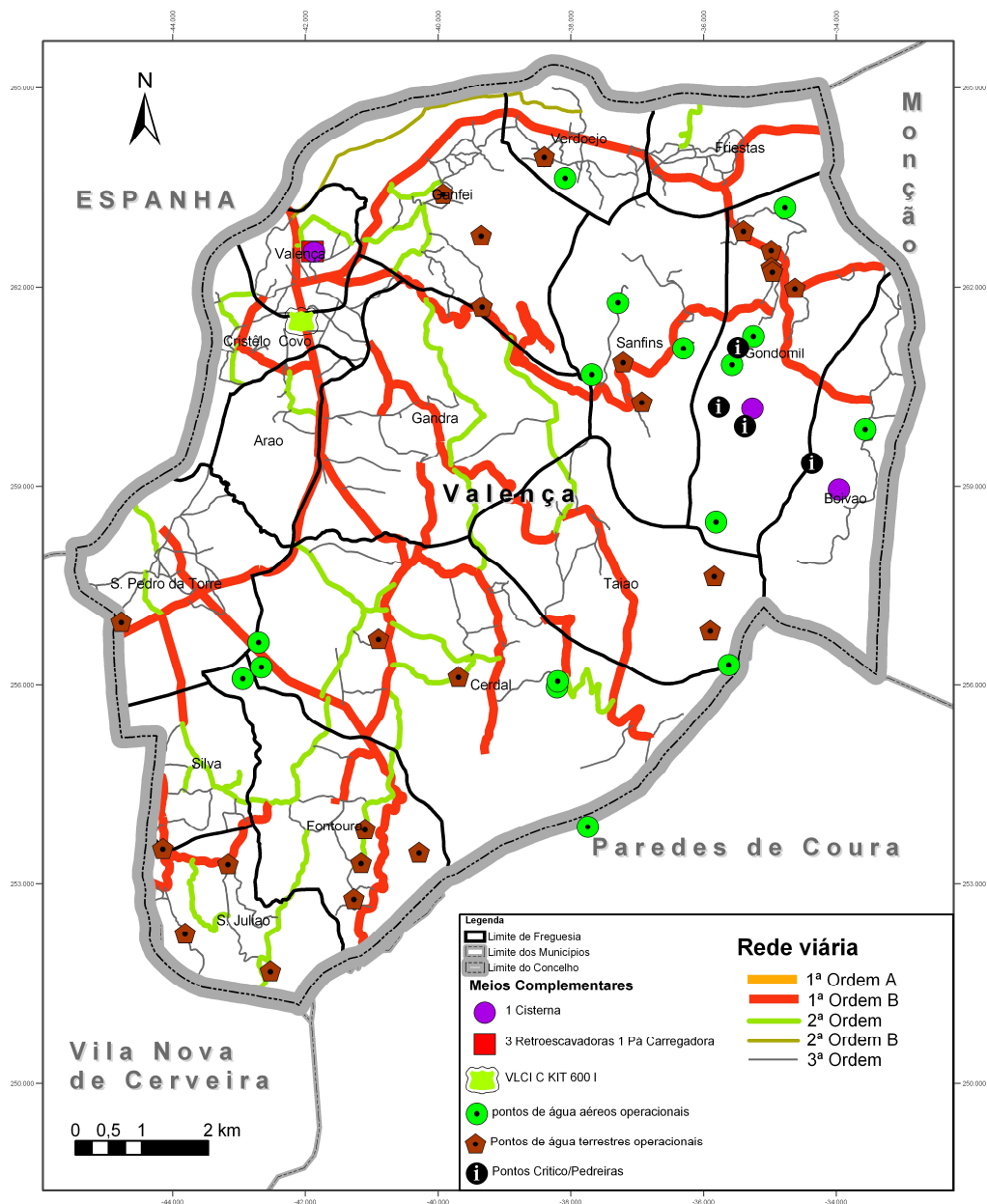
Para que se possa ter um apoio ao combate eficaz é necessário haver um conjunto de infra-estruturas (faixas de gestão de combustível executadas, rede viária e rede de pontos de água operacionais).

Também é necessário fazer um levantamento dos meios e recursos que o Município tem disponível para efectivar o seu apoio ao combate

Mapa nº22



Mapa nº 23



Carta de apoio ao combate II

Projeção Rectangular de Gauss
Elipsoide de Hayford, Datum 73
Coordenadas de Hayford Gauss

EXECUÇÃO TÉCNICA:
ENG. EDUARDO AFONSO
COLABORAÇÃO:
DR. FERNANDO BARROS

FONTES:
Cartografia Vectorial do Município 1/10 000
Cartografia Oficial de Portugal.

5.7-METAS, RESPONSABILIDADES E ORÇAMENTO

Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio

Quadro 21 – Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós incêndio – metas e responsabilidades

Acção	Metas	Responsáveis	Indicadores				
			2008	2009	2010	2011	2012
Vigilância e detecção	Assumir a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção relativa à vertente da vigilância, detecção e fiscalização.	GNR/EPNA, BVV (em sede de CMDFCI)	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença
	Melhorar o desempenho e articulação das Brigadas Móveis de vigilância.	CMDFCI (GTF)	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença
Primeira Intervenção	Colaborar nestas acções através do fomento de equipas de Protecção colectiva, sustentado por medidas de autodefesa.	CMDFCI	Todas as equipas do Município	Todas as equipas do Município	Todas as equipas do Município	Todas as equipas do Município	Todas as equipas do Município
Combate	Levantamento e actualização dos recursos (materiais e efectivos mobilizáveis) existentes na Corporação dos Bombeiros Voluntários de Valença, com vista à avaliação da sua capacidade operacional.	CMDFCI	Corporação de Bombeiros Voluntários de Valença	Corporação de Bombeiros Voluntários de Valença	Corporação de Bombeiros Voluntários de Valença	Corporação de Bombeiros Voluntários de Valença	Corporação de Bombeiros Voluntários de Valença

	Levantamento e actualização de maquinaria pesada existente no município e promover políticas de colaboração.	CMDFCI	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença
	Fazer o levantamento e mobilização dos meios municipais logísticos e de apoio e operacionalizar a sua integração no dispositivo logístico Nacional.	CMDFCI	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Promover a utilização, por parte dos BV, das ferramentas de sapador nas operações de rescaldo.	BV	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença
	Estabelecer medidas operacionais de vigilância adequadas.	CMDFCI (BV, GTF)	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença	Município de Valença

Não é apresentada orçamentação descritiva para as acções apresentadas, uma vez que estas não são quantificáveis em padrões que permitissem uma correcta atribuição de valores válidos e com utilidade para este Plano.

4º EIXO ESTRATEGICO	RECUPERAR ECOSSISTEMAS	E	REABILITAR	OS
----------------------------	-----------------------------------	----------	-------------------	-----------

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais.

Esta reabilitação do território requer dois níveis de actuação: de emergência, para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas (consolidação de encostas, estabilização de linhas de água, recuperação de caminhos, entre outras acções) imediatamente após a ocorrência do incêndio, e de médio prazo, infra estruturando e requalificando os espaços florestais de acordo com princípios de Defesa da Floresta contra Incêndios, aproveitando a janela de oportunidade que os incêndios apesar de tudo criam para alterações estruturais no território e no sector florestal.

Nas intervenções de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção em função da natureza e severidade dos impactos do fogo, incluindo a opção de não-intervenção. Neste caso, deverão ser focados especialmente o controlo de erosão em escarpas e taludes, a avaliação das zonas susceptíveis a deslizamentos das camadas superficiais do solo, as necessidades de correcção fluvial (estabilização de margens) e de enquadramento paisagístico de redes viárias (taludes de estradas e linhas de caminho de ferro) e, por fim, a consolidação de escarpas.

Deverá ainda ser considerado o disposto no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, prevendo-se medidas especiais de avaliação e de intervenção na rede viária florestal onde seja necessário aplicar uma faixa mínima de 25 metros para a remoção dos materiais queimados nos incêndios.

O planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios deverá avaliar e identificar, para todo o território em causa a vulnerabilidade dos ecossistemas face aos incêndios florestais, com base na capacidade potencial de regeneração da vegetação após o fogo e no risco de degradação potencial do solo e a prioridade territorial para a execução das acções em caso de incêndio florestal.

A avaliação das necessidades de intervenções de emergência e propostas de acções a realizar no curto e médio prazos, atendem designadamente:

- a) À conservação do solo e da água;
- b) À conservação de espécies e habitats;
- c) À recolha de arvoredo danificado que represente um risco para a segurança de pessoas e bens;
- d) À recolha de salvados e à protecção fitossanitária dos povoamentos florestais;

- e) À protecção da regeneração da vegetação e ao controlo das espécies invasoras;
f) À protecção dos patrimónios edificado e arqueológico.

Objectivo estratégico	- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas.
------------------------------	--

Objectivos operacionais	- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo.
--------------------------------	---

Acção
- Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Plano Nacional de Reflorestação, dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do INAG e das IES (nomeadamente as do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu), para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

As árvores têm um papel importante nos ecossistemas, tanto naturais como agrícolas, sendo uma peça chave na conservação da natureza e da biodiversidade. São ainda uma fonte de importantes e abundantes matérias-primas renováveis e um elemento decisivo na prevenção da erosão, bem como na regularização dos regimes hídricos.

6.1 - Adopção de práticas de Gestão Pós-Fogo

Em caso de ocorrência de incêndios, cada proprietário deve seguir boas práticas de Gestão Pós-Fogo como forma de minorar os efeitos negativos dos incêndios florestais, em especial no solo e nos recursos hídricos. Os incêndios florestais têm impactes ambientais e sociais que, por vezes, são agravados pelas acções dos proprietários ou gestores dos terrenos afectados que não usam essas mesmas práticas.

Após um incêndio florestal os proprietários ou produtores florestais deverão adoptar uma conduta correcta ao nível da remoção das madeiras queimadas, de forma a mitigar os impactes negativos dos incêndios florestais, em especial no que se refere à erosão dos solos e ao regime dos recursos hídricos.

A remoção do material lenhoso das áreas percorridas pelos incêndios florestais deve depender do tipo de espécie e das suas condições de utilização, seja para indústria, serração ou biomassa.

Com o objectivo de prevenir a erosão do solo, este Plano aponta três acções principais que deverão ser implementadas.

Em primeiro lugar, deverão ser criadas barreiras com o objectivo de reduzir a velocidade da água de escorrência e, consequentemente, aumentar a infiltração, evitar a perda de sedimentos e permitir a retenção das cinzas.

Em seguida, devem ser aplicados resíduos orgânicos com a função essencial de aumentar a cobertura do solo e assim reduzir o impacto da chuva e consequente erosão.

Por último, devem ser criadas oportunidades à infiltração que, neste momento, se encontra dificultada devido à formação de uma camada que impermeabiliza o solo e impede que as águas pluviais se infiltrem. Paralelamente, deve-se ter em conta a forma como se retira o material lenhoso e as condições em que se deixa o terreno alvo de intervenção. Durante a retirada do material lenhoso deverão ser observados os princípios de protecção do solo de forma a minorar a perturbação que ocorre durante o abate e remoção, nomeadamente:

- Sempre que o terreno apresente elementos que possam contrariar a erosão, as operações de exploração devem ser executadas de modo a garantir a sua conservação;

- Nas faixas de protecção às linhas de água, com largura mínima de 10 metros para cada um dos lados, não se devem verificar nem a circulação de máquinas de exploração florestal, nem o arraste de troncos e toros, tal como a deposição de resíduos de exploração;

- Como forma de minorar os impactes das actividades de remoção do material lenhoso, devem-se reduzir as movimentações, em especial de máquinas, às estritamente necessárias.

-Finalizada a remoção do material lenhoso, os restos de exploração, ou outro material vegetal, deverão ser destroçados no local e incorporados na parcela, ou então removidos caso as condições físicas da mesma não o permitam. Neste ultimo caso, os respectivos materiais devem ser deslocados para local adequado.

-O material lenhoso não poderá ser depositado nas estradas ou caminhos ou nas bermas dos mesmos, permitindo que após a actividade as vias de acesso não se encontrem danificadas ou obstruídas.

6.2-Avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo

Após os incêndios florestais torna-se essencial estimar no terreno quais os impactes produzidos pelos mesmos. Para além das acções imediatas de Gestão Pós-Fogo, uma apreciação rigorosa permitirá a implementação de estratégias com vista à recuperação das áreas ardidas e respectivos ecossistemas de forma sustentada.

Esse trabalho de avaliação deve ser efectuada pela DGRF e pelo ICN, e com acompanhamento da Câmara Municipal.

6.3-Concepção de planos de reabilitação e recuperação das áreas ardidas

Após avaliação dos impactes dos incêndios nas áreas afectadas e definida uma estratégia de reabilitação a longo prazo, a fase seguinte passa pela elaboração de planos de reabilitação e recuperação das áreas ardidas.

A mesma recuperação deverá seguir a orientações emanadas pelo Conselho Nacional de Reflorestação de forma a promover um novo Planeamento Florestal sustentável e que integre medidas de DFCI.

Sempre que ocorra uma redução da cobertura arbórea causada por alterações climáticas, por actividades humanas ou por outras causas, a reflorestação é desejável. Além disso, a regeneração da cobertura arbórea tem como efeito positivo uma melhoria da estrutura, da fertilidade e da protecção dos solos.

A reflorestação pode ser implementada por diferentes técnicas usando espécies nativas ou exóticas, por plantação ou sementeira directa. A plantação de espécies locais ou exóticas baseia-se necessariamente em viveiros de árvores onde se podem usar diferentes técnicas para melhorar os resultados da plantação. Contudo, os custos são bastantes elevados, sendo necessário recorrer a fundos comunitários (QREN), bem como financiamentos ao Gabinete Técnico Florestal.

Como havia sido já referido, as espécies mais indicadas para esta região, são o Pinheiro-bravo, o Carvalho cerquinho, o castanheiro e o Carvalho alvarinho.

5º EIXO ESTRATEGICO	ADAPTAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGANICA FUNCIONAL E EFICAZ
----------------------------	---

5º Eixo estratégico – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

Na sequência do que tem vindo a ser desenvolvido ao longo deste Plano, deve-se articular o processo de combate aos incêndios florestais entre todos os agentes e entidades intervenientes, para que as acções sejam atempadas e prudentes. Neste sentido, deve haver uma capacidade de gestão integrada para a monitorização das acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A estrutura orgânica e funcional visa o aperfeiçoamento do sistema municipal de detecção e de comunicação de incêndios florestais, o reforço da autoridade e da vigilância nos espaços florestais, demovendo os comportamentos de risco, o corte e a remoção de biomassa vegetal combustível em áreas estratégicas, o reforço da formação dos agentes intervenientes em matéria de prevenção, incluindo a primeira intervenção e a sensibilização e informação da população, de forma a diminuir os riscos de eclosão e propagação do fogo, promovendo a eficácia da intervenção dos agentes públicos, privados e associativos na gestão sectorial e territorial.

Na operacionalização de todos os meios e recursos é necessário fomentar a intervenção no ordenamento e na gestão florestal, tendo por base os Planos Regionais de Ordenamento Florestal e os Planos de Gestão Florestal.

Objectivo estratégico	- Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra incêndios.
------------------------------	--

Objectivos operacionais	- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.
--------------------------------	--

Acção
- Integrar o planeamento anual de cada entidade, tendo também em conta a visão supra municipal. - Monitorizar as acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A concretização dos eixos estratégicos antes relevados apenas será possível através da integração dos esforços das múltiplas instituições e agentes envolvidos na defesa da

floresta. Esta integração requer uma organização que viabilize o trabalho de equipa e avalie os resultados das suas acções.

A atribuição de responsabilidades, no âmbito da DFCI, à Direcção-Geral dos Recursos Florestais, à Guarda Nacional Republicana e à Autoridade Nacional e Protecção Civil obriga a que em cada uma daquelas entidades seja definida uma forma de organização interna capaz de satisfazer, de forma consequente, com um elevado nível de resposta no cumprimento das missões que lhes são atribuídas.

Ao nível municipal e no que refere à definição de políticas e orientações no âmbito da DFCI, a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (CMDFCI) é o elo de ligação das várias entidades, sendo o PMDFCI o instrumento orientador das diferentes acções.

Quadro n. – Quadro do Orçamento Global do PMDFCI

fazer as contas com os orçamento anteriores de todos os eixos)

Eixos estratégicos	Estimativa Orçamental Total (€)					Total/ Eixo
	2008	2009	2010	2011	2012	
1.º Eixo Estratégico	17.242,5	18.784,6	14.191,7	77.594,5	234.550,3	
2.º Eixo Estratégico	4744,74	5000	5000	5000	5000	
3.º Eixo Estratégico	30.000	-----	-----	-----	30.000	
4.º Eixo Estratégico	15.000	10.000	15.000	15.000	10.000	
5.º Eixo Estratégico	2000	2000	2000	2000	2000	
Total ano	36.761,9	35784,6	36191,7	99.594,5	281550,3	
Total PMDFCI						489.883€